



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO

**ECOS DO SILÊNCIO:  
VOZES DA SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL  
(1975-1988)**

**GIULIA ALVES RIBEIRO**

Rio de Janeiro

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO

**ECOS DO SILÊNCIO:  
VOZES DA SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO NO BRASIL  
(1975-1988)**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social – Jornalismo.

**GIULIA ALVES RIBEIRO**

**Orientadora: Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa**

Rio de Janeiro

2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

RIBEIRO, Giulia Alves.

Ecos do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil  
(1975-1988). Rio de Janeiro, 2021.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo),  
Escola de Comunicação – ECO –, Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
UFRJ.

Orientadora: Marialva Carlos Barbosa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Ecos do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988)**, elaborada por Giulia Alves Ribeiro.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa  
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF  
Departamento de Expressão e Linguagens - UFRJ

Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Expressão e Linguagens - UFRJ

Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento  
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura - UFRJ

Rio de Janeiro

2021



Em 26 de fevereiro de 2021 esteve reunida a Banca Examinadora composta pelos seguintes **professores examinadores** Cristiane Henriques Costa, Igor Pinto Sacramento e por Marialva Carlos Barbosa, como **professor orientador**, além do(a) **aluno(a)** Giulia Alves Ribeiro, (DRE nº 116135995) do curso de Comunicação Social, habilitação em **JORNALISMO** que apresentou o projeto experimental sobre o tema Ecos do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988). Avaliado o trabalho, a Banca atribuiu grau 10 ao Projeto Experimental do aluno. Nada mais havendo a observar fica lavrada a presente ata que vai datada e assinada pela Banca e pelos alunos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2021.

Cristiane Costa

Professor Examinador

Professor Orientador

Professor Examinador

Giulia Alves Ribeiro

Aluno

## AGRADECIMENTOS

Seria desonesto da minha parte dizer que escolhi ser jornalista. Preciso confessar: fugi disso até o último dia da graduação. Acreditei por muito tempo que o curso seguiria aquela ideia chata de um modelo de escrita impessoal, que sufocaria um impulso que sempre falou tão alto dentro de mim: ser eu mesma. O primeiro agradecimento precisa ser, então, à Escola de Comunicação da UFRJ, que *felizmente* foi o completo oposto de tudo o que eu esperava. E tudo aquilo que eu precisava que fosse. Quando olho para trás, de um jeito bem anacrônico, percebo que eu não tinha a menor chance de fugir desse tal de jornalismo, que verdadeiramente me escolheu.

E seria ainda mais desonesto da minha parte não agradecer à pessoa que tornou todas as escolhas da minha vida possíveis. Mãe, você me apoiou quando eu quis ser bailarina. Você esteve lá quando eu desisti do *ballet*. Você segurou a minha mão quando eu achei que queria ser advogada. E me incentivou em cada passo da graduação em jornalismo. Obrigada por ser tanto, maior fonte de inspiração, carinho inesgotável. Seu coração gigante me motiva a ser uma pessoa melhor, não só com os outros, mas também comigo mesma - e não minto quando digo que devo tudo a você. Te amo e te dedico.

Agradeço ao meu pai, de quem herdei o gene da teimosia, o amor pelos banhos quentes e longos e - dizem por aí - a inteligência. Você também faz parte dessa conquista, como faz de todas. Obrigada pelas risadas e pelo amor.

Para a minha irmã de sangue, meu girassol, o qual orbito e sempre orbitarei. Sigo sua luz e admiro seus passos desde o dia em que nasci. Sou, porque você é. Obrigada por cada segundo sendo seu serzinho abominável. Mesmo sabendo que você nunca vai ter saco para ler meu *blábláblá* de humanas, saiba que tudo o que eu faço tem um ar de você.

Obrigada Jairo, por se interessar e incentivar minhas desventuras jornalísticas, inclusive sendo personagem de sonora para trabalho da faculdade. Seu apoio não passou despercebido; e agradeço por ele o tanto que o Botafogo e o Buffalo Bills são azarados, juntos.

Agradeço aos meus amigos que me ajudaram nas incontáveis crises de ansiedade antes da entrega de qualquer trabalho: Vitor, Luiza, Renata e Isabela. Vocês dão orgulho ao nosso curso. Prometo tentar ser digna do tanto de amor e apoio que sempre recebi de vocês. Sou eternamente grata pelo meu caminho ter cruzado o de vocês, dentro e fora da faculdade.

Minhas irmãs da vida, Babi e Bia, obrigada por estarem ao meu lado há tanto tempo, em tantos momentos. Não sei dizer quantas vezes vocês me salvaram de mim mesma, mas devo tudo que conquisto ao amor incondicional que sempre recebi de vocês.

Meus companheiros do Colégio Pedro II, que formam comigo uma família de já alguns anos, obrigada por todos os momentos. Minhas vitórias são sempre um pouco nossas e compartilho essa felicidade com vocês também. Gabi, Thamires, Pasche, David, Hygor, Ruan, Leo, Cindy e Sandy: obrigada por me ajudarem a escrever tantas *resenhas*.

Ao meu *pingo*, que sempre acreditou em mim - inclusive quando nem eu acreditava. Compartilho tanto (tudo que eu posso, sou e sonho em ser) com você. Esse trabalho com certeza também é um pouco seu. Obrigada por não me deixar desistir (você sabe do que eu estou falando). Obrigada por me ajudar a ser eu mesma simplesmente por ser você. Só isso me basta.

Agradeço à minha orientadora, Marialva Barbosa, por ter abraçado e equilibrado esse projeto, que se dependesse só do meu deslumbre, seria apenas uma bagunça de sopa de letrinhas. Obrigada pela contribuição, pelo incentivo, pelo voto de confiança e por ter me incentivado a "soltar a minha pena" cada vez mais.

Agradeço à Heloisa Buarque, quem literalmente plantou disso tudo em mim. Obrigada pelos cafés da tarde, pela sabedoria e entusiasmo contagiante. É impossível não ser inspirada pela sua trajetória. Você brinca que eu tenho o "vírus" da pesquisa. Bem, saiba que foi você quem me passou! Prometo não esquecer o batom vermelho na nossa próxima reunião.

Não poderia deixar de agradecer à Cristiane Costa, quem fez a ponte entre mim e Helô. Essa oportunidade não teria existido se você não tivesse enxergado esse potencial em mim - e tudo seria diferente. Obrigada pelos ensinamentos como professora e como pessoa.

Agradeço também à Pê e Rachel, minhas companheiras de pesquisa. Arrancamos as calcinhas pela cabeça, mas arrancamos juntas. Tem muito das nossas caras de *pesquisadoras bonitinhas* neste trabalho. Obrigada a vocês e à FAPERJ por me ajudarem a moldar este sonho.

O ano é 2015 e, na aula de biologia, a professora explica que as queimadas naturais fazem parte do ecossistema cerrado e que algumas sementes só germinam depois das coisas literalmente pegarem fogo. Antes de eu florescer, passaram tempestades. Não só em mim, sementinha pequena e sem graça, mas nas vidas das rosas que me ensinaram a ser cacto.

Agradeço às Mulheres da minha vida, que ensinaram a fazer "cara de planta". A não abandonar meus espinhos. Me iluminaram, deram ar e água, me fizeram quem sou. Mãe, Vovó Ivanilde, Tia Mara, Tia Nana, Carol, Gabi e Dani. Nossa família de mulheres poderosas.

Vó, se não fosse seu esforço e dedicação, nada disso seria possível: você é a razão e o motivo disso tudo, sempre. Vô, obrigada por todas os passeios na corcunda que me permitiram sonhar em alcançar os céus. Sei que vocês estariam ao meu lado neste momento, como sempre estiveram em todos, caso pudessem. Por agora, metaforicamente terá de bastar.

Para que eu nunca me esqueça que para crescer para cima, eu ainda tenho muito o que fincar embaixo do solo. Para que eu nunca esqueça de quem tenta me cortar para colocar no arranjo da mesa de jantar. Para a educação que definiu o florescer da minha trajetória.

Por tudo isso e...

Se é para ser totalmente honesta...

Por mim, também.



A meu ver, a conclusão é inadmissível. "Quando o fim se aproxima", escreveu Cartaphilus, "já não sobram imagens da recordação; só restam palavras." Palavras, palavras deslocadas e mutiladas, palavras de outros, foi a pobre esmola que lhe deixaram as horas e os séculos.

(Jorge Luis Borges, em *O Imortal*)

RIBEIRO, Giulia Alves. **Ecoss do silêncio: vozes da segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988)**. Orientadora: Marialva Carlos Barbosa. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2021.

## RESUMO

Este trabalho objetiva a reinterpretação da história do feminismo brasileiro, a partir do resgate de suas narrativas fundadoras (1975-1988), que se encontram em processo de esquecimento. Durante este período, a memória da segunda onda feminista, que protagonizou as principais conquistas que fundamentam o movimento contemporâneo, foi duplamente silenciada: primeiramente, pela própria ditadura que o país enfrentava, e em segundo lugar pelo apagamento histórico que sofrem até hoje. Por meio da articulação sensível entre narrativa e temporalidade, o resgate dos atos comunicacionais, a partir da metodologia de história de vida e também temática, evidencia estratégias originais propostas por esse feminismo, tanto para se opor ao controle ditatorial, quanto para se opor à dimensão patriarcal. Neste sentido, o estudo abre espaço para novos encadeamentos, fundamentados na escuta e capazes de ressignificar narrativas hegemônicas, responsáveis por um passado de silêncio.

**Palavras-chave:** feminismo; memória; narrativa; segunda onda; apagamento.

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
2.	<b>FALAR DE FEMINISMO É UM ATO FEMINISTA</b> .....	4
2.1.	Pandemia dentro de uma pandemia .....	5
2.2.	Os primeiros sintomas .....	8
2.3.	A palavra é a cura .....	10
3.	<b>AS ‘ONDAS’ FEMINISTAS</b> .....	14
3.1.	As águas que formam nosso oceano .....	14
3.2.	Nossa maré de histórias .....	16
4.	<b>SOBRE O MAR QUE HERDAMOS</b> .....	21
4.1.	Instituindo a ‘gênese’ e o ‘fim’: aonde tudo começou... e terminou .....	22
4.2.	Dando voz ao silêncio .....	25
4.2.1.	Protagonistas .....	27
4.2.2.	Lugares de memória .....	29
4.2.3.	Lugares da década de 1980 .....	40
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
6.	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	48
7.	<b>ANEXOS</b>	
7.1.	Roteiro de entrevista utilizado .....	51
7.2.	Relatório final do seminário na ABI .....	52
7.3.	Figura 1: Passeata de 8 de março de 1983 .....	57

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende reinterpretar a história do feminismo brasileiro a partir de suas narrativas fundadoras, durante a segunda onda do feminismo no Brasil (1975-1988). No recuperar desta memória historicamente negligenciada, está intrínseca a potencialidade de ecoar novas vozes, até então esquecidas e silenciadas.

O marco inicial da segunda onda é considerado o seminário "Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira", realizado no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1975. O ponto final estabelecido é a publicação da Constituição Cidadã, em 1988, porque a partir das conquistas asseguradas pelas feministas deste período durante a Constituinte, o feminismo brasileiro passa a transicionar seus rumos e demandas com a nova geração.

Este período é muito importante para compreendermos o movimento feminista brasileiro contemporâneo, porque estabelece as bases e ferramentas que constroem as ações políticas de hoje em dia, conforme é demonstrado ao longo deste trabalho. É preciso, portanto, reconhecer e fortalecer esta história.

No primeiro capítulo, "Falar de feminismo é um ato feminista", contextualizo o lugar desta produção. Trabalhar o passado pressupõe um compromisso com o presente. É preciso compreender o momento em que se insere esta escrita: uma pandemia, com consequências incalculáveis para a sociedade, em meio à grave crise política promovida pelas forças conservadoras que encabeçam o Estado Brasileiro, cada vez mais. Nesse sentido, resalto a importância de defender a história do nosso feminismo e nossas conquistas.

Ainda no capítulo 1, apresento as evidências que corroboram a ideia de apagamento sofrido pela segunda onda do feminismo no Brasil. Esta percepção é expressa por pesquisadoras como Heloisa Buarque de Hollanda (2018), Margareth Rago (1996), Carla Gomes e Bila Sorj (2014), por exemplo. Em seguida, conceituo e proponho a narrativa, segundo Ricoeur (1994, 1995 e 1997), como instrumento para ressignificar este silenciamento histórico.

Neste afã, também trabalho com as ideias de temporalidade e narratividade segundo Walter Benjamin (1994, 2019). Relacionando isto ao tempo histórico, e a partir

das contribuições das leituras *nietzschiana* e *bakhtiniana*, trago a proposta de bell hooks<sup>1</sup> (2017) da utilização da palavra, do espaço teórico, como uma possibilidade de curar processos materiais de trauma, dor, opressão e apagamento.

Na segunda parte da monografia, o capítulo "As 'ondas' feministas", são definidos alguns referenciais teóricos em relação ao feminismo, articulado enquanto narrativa histórica. A primeira consideração diferencia o movimento feminista, no sentido clássico da historiografia, da experiência empírica, que muitas vezes é associada à negação do rótulo.

Também explico minha escolha pela categoria "onda" para tratar do feminismo enquanto uma metáfora, e não no sentido diacrônico histórico, que aborda a ideia de linearidade e causa-efeito, sem complexificar a discussão. É a partir de uma leitura poética e apaixonada que adoto a perspectiva de ondas para descrever o leva e traz de discursos, que submergem as forças opressoras, crescem e inundam as margens, apenas para ressurgirem às margens outra vez.

Ainda neste capítulo, apresento um breve panorama das ondas feministas no Brasil, da primeira à quarta, focando em diferenciar a segunda onda por meio de suas particularidades temáticas e materiais (falo de um contexto de ditadura civil-militar), estabelecendo sua relação direta e importância para com o tempo presente.

O terceiro capítulo, "Sobre o mar que herdamos", relaciona a história e as características da segunda onda às construções de atos comunicacionais, segundo Muniz Sodré (2014). Adotando a perspectiva da comunicação como ciência do comum, e ainda história do tempo passando (BARBOSA, 2017), relaciono as estratégias sensíveis que proporcionaram o estabelecimento de comunidades de afeto para transpor as barreiras entre esferas pública e privada (ARENDRT, 2005) elaboradas pelas feministas deste período.

Nesta última parte do trabalho, a partir das metodologias de história de vida e história temática, selecionamos trechos que compõem as mais de 10 horas do nosso acervo de história oral para reinterpretar um passado encoberto por meio das narrativas em primeira pessoa das próprias protagonistas desse feminismo. Este material foi

---

<sup>1</sup> A autora utiliza o nome com letras minúsculas como um posicionamento teórico-político que objetiva redirecionar os olhares para o conteúdo do seu trabalho, e não sua pessoa. Marxista, bell hooks não defende a construção de uma identidade particular, mas, sim, do fortalecimento de suas ideias como instrumento de libertação coletiva.

produzido no âmbito da pesquisa "Palavra Fora do Eixo: o Caso do Feminismo", orientado por Heloisa Buarque de Hollanda, que integrei como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) durante os últimos dois anos.

Além disso, também resgato alguns testemunhos já publicados em trabalhos anteriores, de modo a dar vida para um tempo encoberto. Ao todo, selecionamos os depoimentos de 9 mulheres, são elas: Branca Moreira Alves, Comba Marques Porto, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria do Espírito Santo, Maria José de Lima, Moema Toscano e Rita Andrea.

Suas narrativas falam sobre práticas de afetividade entre as mulheres, norteadas também na perspectiva de valorização da escuta, da solidariedade. Tais valores prevalecem até hoje, sob a alcunha da sororidade.

Além disso, elas também se organizavam enquanto atoras políticas, empregando artifícios de "camuflagem" para disfarçar suas reuniões e encontros subversivos com livros de receita e costura. E as manifestações protagonizadas por elas também eram repletas de estratégias únicas e originais, como emprego de fantasias e simulações de partos, as quais classificamos como mais que ações de resistência: são ações de existência.

Esta produção representa, para mim, um clarão de esperança em meio à escuridão do nosso presente, e também do passado que proponho iniciar um movimento para iluminar.

## 2. FALAR DE FEMINISMO É UM ATO FEMINISTA

*A tradição dos oprimidos ensina-nos  
que o "estado de exceção" em que  
vivemos é a regra.*

Walter Benjamin, *O Anjo da História*  
(2019)

Outro dia desses, sentada no tapete da sala, de costas para a televisão, olhei para o lado e vi uma esperança. Enorme e verde, na parede amarela. Limpei os óculos para ter certeza de que não estava vendo coisas. Não ousei fazer um movimento sequer - fiquei com medo de assustar a esperança. Apesar de grande, ela era estranhamente delicada; então senti-me responsável por ela. Fiquei ali, prendendo a respiração, *esperando* a hora da *esperança* sair.

Não me lembro de já ter visto uma esperança pessoalmente, e certamente nunca vi uma como essa. A verdade é que dar de cara com a esperança me pegou de sobressalto. Eu não esperava encontrar algo tão grande, ali, tão perto de mim. Parecia até que ela sempre esteve escondida, só esperando algum olhar repousar sobre ela. E, por acaso ou destino, este olhar pôde ser o meu.

Quando decido abrir as minhas janelas não tenho garantia de que a esperança vai sair e ganhar o mundo, nem que ela vai sobreviver lá fora, mas é o que eu posso fazer por tanto querer algo bom para ela. Não porque a esperança precisa da mim, e sim porque nós precisamos dela.

Logo eu, que nunca fui um espírito otimista, não era mais capaz de desviar o olhar. Percebi a honra de estar na presença de uma esperança, ainda que ela estivesse no lugar errado, meio tímida e ainda magrelinha. Uma esperança que talvez nunca vejamos crescer até o final, e que sorte temos se pelo menos não precisarmos vê-la morrer.

Não sei quanto tempo se passou até a minha esperança fugir de mim e ganhar o mundo. Na lacuna de um instante, ela simplesmente não estava mais lá: *puff*, foi-se atrás de outras paredes para tocar. E sobrou para mim ficar por aqui, meia sem jeito, tentando entender se aquela esperança ainda poderia ser minha.

Só me resta, agora, torcer por ela. Lembro de algo que certa vez eu li em Clarice, num conto cujo título já repeti em demasia: "você faz o favor de facilitar o caminho da **esperança**".

## 2.1. Pandemia dentro de uma pandemia

Por que falar de feminismo? A resposta mais correta é, provavelmente, "porque ainda há muito a se conquistar". A confissão mais honesta seria "porque é necessário". Muito se fala sobre fazer política em tempos de exceção, mas pouco se reconhece que, para minorias, todo o tempo é tempo de exceção. Cada conquista precisa ser reafirmada todos os dias, com o risco constante de perda de direitos, principalmente em contextos de crise política, econômica, social e sanitária.

Falo de perda de direitos considerando o atual panorama brasileiro. A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país, aliada ao Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos<sup>2</sup>, concretizou um projeto político da extrema-direita conservadora. Agora no poder, além de não pautarem políticas de direitos-humanos, os expoentes da nova ala "anti-política" da extrema-direita ainda agridem o próprio sistema democrático, colocando em risco todo o mecanismo constitucional - conquistado a custo de muita luta há apenas 32 anos, se considerarmos apenas o período iniciado com a redemocratização.

Com essa conjuntura, não faltam investidas contra os direitos das mulheres - inclusive aqueles já assegurados pela Constituição Nacional. Em Portaria Ministerial de número 2.282, de 27 de agosto, o então ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, deliberou sobre as novas regras a serem implementadas para realização do aborto nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, a interrupção da gestação é permitida em três casos: quando decorrente do crime de estupro, quando coloca a vida da mãe em risco ou quando o feto é diagnosticado com anencefalia, isto é, subdesenvolvimento do cérebro ou do crânio, que ocasiona a perda de consciência e é fatal para o bebê em 100% dos casos. Segundo as novas regras propostas pela portaria, quando identificada a violência sexual, o médico ou equipe de saúde seria obrigado a notificar autoridades policiais, independente da vontade da vítima de denunciar ou não a agressão. Outro ponto será a obrigatoriedade de a gestante assinar um Termo de Responsabilidade, em que ela consentirá que poderá ser enquadrada em crime de aborto e falsidade ideológica, caso a violência sexual não fique comprovada. A portaria ainda sugere outra nova imposição: deve ser oferecido à gestante, antes do aborto, realizar

---

<sup>2</sup> Ver: QUEIROZ, Antônio Augusto de. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. *Le Monde Diplomatique*. Brasil. 5 nov. 2018, edição 136. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>>. Acesso em: 14 set. 2020.



ultrassonografia para visualizar o feto ou embrião - e sua decisão também precisa ser assinada e documentada.

Eduardo Pazuello é general do exército brasileiro e ocupou o cargo de ministro interino da Saúde durante 3 meses, até ser efetivado, em setembro de 2020. Sua nomeação se deu após a renúncia de Nelson Teich, antes de completar sequer um mês de mandato, por discordâncias com a presidência da república em relação às políticas de enfrentamento ao coronavírus. É então que Pazuello assume, um militar sem qualquer formação acadêmica na área da saúde, para aprovar a liberação de hidroxicloroquina e cloroquina no tratamento da Covid-19 e sugerir isolamento "vertical".

O papel do atual ministro da saúde como articulador da agenda político-ideológica da nova extrema-direita brasileira é evidente. Mais ainda considerando que sua portaria completamente inconstitucional, delegando sobre o aborto legal, veio após o caso de uma menina de 10 anos, estuprada pelo tio, que teve a gestação interrompida. A situação repercutiu muito na imprensa depois que a extremista e terrorista Sara Geromini<sup>3</sup>, divulgou dados sigilosos pessoais da criança, incluindo o hospital onde o procedimento seria realizado, em uma *live* no YouTube. Com essas informações, grupos<sup>4</sup> autodenominados "pró-vida" se reuniram nas portas da clínica entoando gritos de "assassino", para o médico da vítima, fazendo rodas de oração e tentando invadir a unidade de saúde para impedir o aborto. Grupos feministas, então, organizaram ações coletivas para expulsar tais organizações religiosas do local, pedindo pela segurança e proteção da criança.

A pandemia do novo coronavírus também tem agravado as desigualdades sociais. A sociedade, de forma geral, teve que reajustar todas as dinâmicas de planejamento familiar para enfrentar os problemas causados pela crise sanitária. Entre a perda de

---

<sup>3</sup> Sara Geromini, também conhecida como Sara Winter, promoveu a criação de um acampamento paramilitar na Praça dos Três Poderes, em Brasília, denominado "Grupo dos 300". A organização faz alusão à guerra civil da Ucrânia e se apresenta como uma guarda para defender os interesses e políticas do presidente Jair Bolsonaro. Ela foi presa em 15 de junho de 2020, a pedido da Procuradoria-Geral da República, numa investigação que considerou as atividades do "Grupo dos 300" uma ameaça às instituições democráticas brasileira.

<sup>4</sup> "Entre os grupos que se mobilizaram em frente ao centro médico para protestar contra o procedimento estão o Movimento Pró-Vida e o grupo católico pernambucano Porta Fidei, que, inclusive, teve a conta no Instagram cancelada após relacionar a interrupção da gravidez com nazismo (...)". Em: ZYLBERKAN, Mariana. Quem são os grupos que tentaram impedir o aborto de menina de 10 anos: gravidez de criança estuprada pelo tio foi interrompida com autorização da justiça; religiosos e parlamentares protestaram no hospital e houve tumulto. **Veja**, 17 ago. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/quem-sao-os-grupos-que-tentaram-impedir-o-aborto-de-menina-de-10-anos/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

empregos, renda, falta de assistência para procedimentos eletivos de saúde no SUS, impossibilidade de medidas de isolamento social e manter a educação das crianças sem creches e escolas, um dado alarmante diz respeito somente às mulheres: o aumento da violência contra a mulher.

Dados<sup>5</sup> do Monitor da Violência, uma parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostram que os homicídios de mulheres cresceram em 14 estados durante a pandemia, em comparação com o mesmo período de 2019. Desses, três apresentaram um aumento de mais de 80%: Ceará (89%), Tocantins (143%) e Rondônia (255%). E nos dados, mais um fator alarmante: dos casos em que o componente racial das vítimas foi informado, 73% das mulheres mortas eram negras.

Já o crime de feminicídio aumentou em 11 unidades federativas, com maior crescimento nos estados do Pará (112%) e Acre (167%). A desigualdade racial não é tão elevada nos casos de feminicídio que informaram a raça das vítimas: 59% eram mulheres negras e 40% brancas.

Seria uma falácia atribuir o crescimento da violência contra a mulher a uma tendência geral de crimes durante o momento pandêmico. No Rio de Janeiro, por exemplo, um relatório<sup>6</sup> do Ministério Público constatou que, durante os meses de quarentena, os índices de crimes como homicídio, lesão corporal, furtos e roubos caíram. Outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul também divulgaram dados<sup>7</sup> que refletem a queda expressiva nos indicadores de criminalidade, em comparação com o mesmo período de 2019.

E, no entanto, a violência contra a mulher cresceu 50% no Rio. As ligações para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) saltaram 40% após apenas o primeiro mês de isolamento social no país. Ainda é preciso considerar a subnotificação, característica importante das denúncias de violência doméstica, estupro, agressão e

---

<sup>5</sup> Ver "Os efeitos colaterais da pandemia sobre a vida das mulheres". **G1**, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/os-efeitos-colaterais-da-pandemia-sobre-a-vida-das-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 16 set. 2020.

<sup>6</sup> "Pandemia faz cair índice de crimes, mas violência contra a mulher sobe, aponta relatório do MPRJ". **G1**, 21 jul. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/21/pandemia-faz-cair-indice-de-crimes-mas-sobe-o-de-violencia-contra-a-mulher-aponta-relatorio-do-mprj.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2020.

<sup>7</sup> "Na quarentena, a criminalidade diminuiu em boa parte do país". **Veja**, 31 jul. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/na-quarentena-a-criminalidade-diminuiu-em-boa-parte-do-pais/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

assédio. Isso é ainda mais significativo de se considerar no momento pandêmico, porque uma tendência observada é que a maior parte dessas agressões acontecem dentro do espaço domiciliar. Isolada com seu agressor, não sobra espaço para a mulher pedir ajuda.

Outra denúncia que veio à tona neste momento é a desigualdade no mercado de trabalho. Em levantamento do Instituto de Economia Aplicada (Ipea), a participação das mulheres em postos de trabalho entre abril e junho de 2020 ficou em 46,3%. O resultado é o pior em 30 anos: desde 1990, a estatística não esteve abaixo de 50%. Um fator que pode ajudar a entender esse resultado é o fechamento de creches e escolas, que impossibilitou a ida ao trabalho para muitas mulheres que agora não têm com quem deixar seus filhos. O outro lado dessa moeda está ligado a grande expressão de mulheres em ofícios como professora, cuidadora, empregada, secretária, vendedora. Com o isolamento social, a maior parte desses trabalhos foi paralisada, e as mulheres terminaram sendo dispensadas.

Mas é evidente que não foi o coronavírus que criou a condição da mulher, ele apenas escancarou uma situação já existente, e persistente. Vivemos uma pandemia dentro de uma pandemia - e esta outra tem gênero.

## 2.2. Os primeiros sintomas

Ainda assim, é indiscutível que o lugar da mulher, na sociedade, foi transformado ao longo da história. Por mais que as conquistas das mulheres não estejam completamente garantidas, o feminismo se disseminou, conquistou novos espaços na mídia, na política, no mercado de trabalho e na academia.

Em seu livro *Explosão Feminista* (2018), Heloisa Buarque de Hollanda assinala essa pungência feminista contemporânea ao descrever o panorama que tomou as ruas e as redes como um "susto alegre". A nova onda, a quarta, carregava com orgulho o título de feminista e não pretendia se calar tão cedo.

Há pouquíssimo tempo, por volta de 2015, eu acreditava que a minha geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. Até que um vozerio, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua se aglomeraram, gritando diante da ameaça de retrocesso que representava a aprovação do Projeto de Lei 5069/2013, que dificultaria o acesso de vítimas de estupro ao aborto legal. Levei um susto. Um susto alegre. Mais alegre ainda ao perceber que aqueles não seriam gritos passageiros. A novidade era tão repentina quanto forte. Pelo menos, ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento no meu tempo. Elas chegaram e

falaram, quiseram, exigiram. O tom agora é de indignação. E, para meu maior espanto, suas demandas feministas estão sendo ouvidas como nunca. (HOLLANDA, 2018, p. 11)

Mas durante o trabalho do livro, Heloisa Buarque percebeu uma característica "falta de memória"<sup>8</sup> da história do feminismo brasileiro, em especial do momento histórico (a "onda"), isto é, o período compreendido entre x e y, que antecedeu a quarta, isto é, os tempos mais contemporâneos. É evidente que essa luta, de que o livro se ocupa, que ganhou muita projeção com as manifestações a partir de 2015, não surgiu ontem.

Margareth Rago (1996), no trabalho "Adeus Feminismo?", questiona-se o desconhecimento que as próprias mulheres têm sobre tudo o que conquistamos, e até mesmo de onde vem essa luta:

É de se perguntar, aliás, por que nem mesmo as mulheres, nós mulheres, reconhecemos o muito do que hoje conquistamos, as enormes possibilidades abertas especialmente nas últimas três décadas como um resultado das pressões e lutas colocadas pelo feminismo? (RAGO, 1996, p. 12)

Tal percepção também é presente no texto sobre a "quarta onda", denominado "Corpo geração e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil" (GOMES; SORJ, 2014). As autoras Carla Gomes e Bila Sorj (2014) reconhecem que há um "sentimento compartilhado" entre as feministas de que há uma aparente perda do legado das gerações anteriores. Elas também apresentam uma possível explicação: "os/as jovens, ao crescerem em uma sociedade que ampliou as liberdades de escolhas das mulheres, teriam perdido a noção da transformação histórica das relações de gênero provocadas pelas lutas feministas dessa geração." (GOMES; SORJ, 2014, p. 433)

Com tantas evidências da vitalidade do feminismo contemporâneo, não faz sentido questionar se o movimento teria se tornado obsoleto ou acabado. Por outro lado, ecoam muitos sintomas a respeito dessa falta de memória, o que torna um resgate extremamente relevante e necessário, não só para a história das mulheres brasileiras, mas também porque, ao reconstruirmos estas páginas esquecidas, abrimos as portas para a elaboração de narrativas originais, que são capazes de se opor ao controle e dominação do Estado.

---

<sup>8</sup> "Percebi, ao longo da pesquisa, uma inexplicável lacuna de memória na história da terceira onda feminista no Brasil. Abri, então, uma última parte, que chamei de "As veteranas", com depoimentos de lideranças importantes daquele momento." (HOLLANDA, 2018, p. 13)

Tal afirmativa parte do reconhecimento do campo da história também como um campo de luta. Em *O Anjo da História*, Walter Benjamin (2019) define a orientação historicista como o ponto de vista do vencedor. Isso significa que o consagrar-se na história é um privilégio daqueles que detém o poder, inclusive o poder de fala. Assim, as vitórias dos passados que herdamos pressupõem também a "escravidão anônima de seus contemporâneos" (BENJAMIN, 2019, p. 13).

Essa noção dialoga com a enorme potência em reconhecer as vozes tradicionalmente marginalizadas pela escrita da história. Principalmente no sentido atribuído às narrativas pelo trabalho do sociólogo austríaco Michael Pollak (1989): "ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial", no caso a memória nacional" (POLLAK, 1989, p. 4).

Tratar das dimensões simbólicas de uma história encoberta, através das próprias memórias silenciadas dessa geração, significa trabalhar as "especificidades do modo próprio de inteligibilidade do processo de produção de sentido e de discursos sociais" (SODRÉ, 2014, p. 293). É transformar o passado em uma superfície dinâmica por meio de sua própria trama simbólica da cultura (RICOEUR, 1994), contida na própria história que essas narrativas são capazes de redescobrir.

### **2.3. A palavra é a cura**

Mas como um simples ecoar de vozes e memórias marginalizadas seria suficiente para transformar este espaço histórico-temporal de silenciamento e repressão? Seguindo os passos da filósofa e feminista bell hooks<sup>9</sup>, acredito que o espaço de construção teórico-acadêmico não se encontra apartado da dimensão material e prática do mundo. Isso porque

Quando a nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. (hooks, 2017, p. 85-86).

---

<sup>9</sup> A autora bell hooks opta pela grafia do próprio nome em letras minúsculas, como um posicionamento político-ideológico.

É evidente que apenas teorizar não será intrinsecamente libertador e revolucionário. Mas, quando agenciamos o discurso a este sentido, "a teoria pode ser um lugar de cura" (hooks, 2017, p. 85). Este pensamento, no caminho proposto por este trabalho de revisitar um passado encoberto, vai no encontro da ideia *nietzschiana* de "utilizar o passado em benefício da vida" (NIETZSCHE, 2005, p. 7). E esta produção pretende instrumentalizar o passado segundo a palavra, em sua dimensão de cura.

No livro volume 1 de sua obra *Tempo e Narrativa*, Paul Ricoeur (1994) relaciona as contribuições do *Livro XI* das Confissões de Santo Agostinho e d'*A Poética* de Aristóteles para apresentar o caráter indissociável entre temporalidade e narrativa: "*o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e [...] a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.*" (RICOEUR, 1994, p. 85, grifo do autor).

Narrar<sup>10</sup> implica articular acontecimentos em signos, isto é, palavras.

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca a boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou. (BAKHTIN, 2013, p. 231-232)

E este contexto nada mais é do que a própria história. Daí, tem-se que as narrativas individuais possuem grande potencial para elucidar o tempo "dos vencidos", a partir das experiências de diferentes mulheres ao longo de suas trajetórias de vida. Isto é possível porque "o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história desse sistema está contida por inteiro na história de nossa vida individual" (FERRAROTTI, 2010, p. 44)

É importante ressaltar que a reconstrução proposta só pode ser realizada porque busca os rastros dos atos comunicacionais (SODRÉ, 2014) no tempo. Sendo assim, a partir da compreensão do campo da comunicação como "a história do tempo passando"

---

<sup>10</sup> O princípio de narrativa que abordo é elaborado por Ricoeur (1994, 1995 e 1997) na sua obra (de três volumes) *Tempo e Narrativa*. O autor defende a caracterização da narrativa pelo *muthos*, conceito utilizado por Aristóteles em *A Poética* para designar o agenciamento de fatos. Ademais, assinala o mediatizar simbólico realizado pela articulação da narrativa em signos, regras, normas (RICOEUR, 1994).

(BARBOSA, 2017), intui-se a dimensão vinculativa<sup>11</sup> da ciência do comum (SODRÉ, 2014).

Sobre a relação entre história e narrativa, Walter Benjamin (1994) também estabelece que

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. [...] Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho manual (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Dentro da perspectiva do resgate pretendido, faz-se necessário fundamentar a relação da mulher<sup>12</sup> com o tempo. Este tempo, no entanto, deve ser compreendido a partir da noção inaugurada pela escola francesa “de que o “fluir” temporal poderia se dar também de maneira heterogênea, descontínua, expansível, reversível, espasmódica...” (RODRIGUES, 2002, p. 17).

Tal concepção fluída permite o constante ressignificar de subjetividades. Com isso, vale destacar que

Tratando-se do feminismo, se a história de algum modo nos serve de guia, a cada vez que construímos novos olhares para observar as lutas políticas, o entendimento sobre nós mesmas e nossos afetos, o lugar que ocupamos neste mundo é sempre ressignificado. Uma maré que leva e traz discursos e posições. (CUNTO, 2018, p. 5)

Nessa lógica, optar pela palavra pressupõe abandonar uma perspectiva histórica uniforme de causa e efeito, muitas vezes homogênea e rigidamente hierarquizada "para estabelecer as séries diversas, entrecruzadas, divergentes muitas vezes, mas não autônomas, que permitem circunscrever o "lugar" do acontecimento" (FOUCAULT, 1999, p. 56).

Na busca por esse sentido, articular historicamente o passado, mesmo quando se tratando de um tempo marginalizado e esquecido, não significa descobri-lo tal qual ele foi, como alguém que descobre uma suposta "verdade". Posto que

---

<sup>11</sup> Muniz Sodré (2014) categoriza a comunicação em três dimensões operacionais: relacional, vinculativa e metacrítica. A primeira versa sobre as questões midiáticas, a partir do paradigma técnico-informacional. Já a segunda trabalha as ações e reações vinculativas constitutivas do comum humano. E a terceira se ocupa da discussão da própria comunicação, como conceito. (SODRÉ, 2014, p. 293-294)

<sup>12</sup>Rejeito o "homem" tradicionalmente utilizado como categoria universal nas ciências humanas, metalinguisticamente, neste espaço, como forma de evidenciar também o princípio teórico deste trabalho pela valorização de literaturas, conhecimentos e vozes femininos, bem como destacar a importância de novas formas de construção do saber acadêmico a partir de uma epistemologia feminista.

[...] o passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. [...] Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela. (BENJAMIN, 2019, p. 11)

Também nesta lógica, Andreas Huyssen (2000) problematiza a ideia de buscar uma "recordação total", ainda atribuindo essa postura a uma espécie de fetichização do passado. Na outra extremidade desse comportamento surge a possibilidade de existir algo "específico à estruturação da memória e da temporalidade de hoje e que não tenha sido experimentado do mesmo modo nas épocas passadas" (HUYSSSEN, 2000, p. 15).

Para Walter Benjamin (2019), é possível dar voz ao eco daquelas que foram silenciadas quando nos apoderamo-nos de uma recordação, que traduz um clarão num momento de perigo. Perigo este para a ordem das classes dominantes, que são confrontadas com a "luz" de um movimento de capacidade revolucionária.

Mesmo "vítimas" da indissociável roda da memória e esquecimento (FREUD *apud* HUYSSSEN, 2000, p. 18), tem-se que a tarefa de recordar e narrar o passado se constitui intrinsecamente política. A abordagem que busca transmitir as memórias apagadas daqueles que ainda lutam contra o esquecimento é essencialmente um compromisso ético contra a repetição da história, e também de seus horrores (GAGNEBIN, 1998).

Este entendimento é fundamental para a articulação proposta neste trabalho, que tem como objeto de pesquisa narrativas e discursos. A oportunidade de estabelecer novos encadeamentos histórico-sociais permite a (re)modulação de olhares, entendimentos, lugares e afetos. Isso significa perceber as dinâmicas da história e toda a complexidade do olhar histórico.

Até porque falar **sobre** algo não é simplesmente falar de algo, mas também dialogar **com**. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Bakhtin (2006, p. 42) dirá que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Sendo assim, não existe falar desimplicado, discurso neutro ou mesmo apolítico. O tratar de um assunto pressupõe se relacionar com ele e produz efeitos em si, no outro e no mundo.

Sendo assim, falar de feminismo é um ato feminista. Mas de que feminismo estamos falando?



### 3. AS 'ONDAS' FEMINISTAS

*As mulheres e as crianças são as primeiras que desistem de afundar navios.*

Ana Cristina Cesar, *Cartilha da cura*  
(1982)

Na minha concepção, não existe algo mais bonito do que perceber a luta das mulheres como ondas (ainda que exista também no sentido de ondas a ideia de sucessão, trazendo para a abordagem histórica a prevalência da análise diacrônica e da linearidade). Nossa potência reflete o mar, com suas maravilhas e seus perigos. O oceano permite conhecer o horizonte - mas muita atenção ao *permitir*. Quando sim, todo o tipo de navio é capaz de ancorar com segurança nas praias mais belas. E quando se nega a ser Pacífico, não existe Titanic que não possa naufragar.

Nesse misto de risco e admiração, quem se aventurava a desbravar os oceanos não conseguia conceber que essa força pudesse ser infinita. Esperavam ansiosamente por ver o fim do horizonte, encontrar "as bordas" do mundo. Navegavam, navegavam, e nunca encontravam a queda.

Entre monstros e sereias, concluo que não há metáfora melhor para falar da luta das mulheres do que essa. Tão diferentes, formamos um só, mas nunca um mesmo. Antes de embarcar nesse mar, acho que nós mulheres raspamos a cabeça, porque minha mãe sempre me disse: tenha cuidado com as ondas; o mar não tem cabelo para a gente se agarrar.

#### 3.1. As águas que formam nosso oceano

Documentadamente, podemos compreender o feminismo a partir de dois lados da mesma moeda: o movimento de mulheres, organizado a partir de um referencial teórico; e uma prática feminista orientada pela vivência, advinda de uma experiência empírica e não necessariamente consciente. Deste primeiro referencial é que a historiografia via de regra se refere. Já o segundo parte de uma perspectiva de compreensão ampla da ação feminista (DUARTE, 2003).

Este entendimento permite o reconhecimento do que Heloisa Buarque de Hollanda tem caracterizado em seus últimos trabalhos a respeito de gênero como

"feminismo experienciado". Esta espécie de latência, que apartada de uma consciência teórica feminista, produz gestos "em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher" (DUARTE, 2003, p. 152), mas que muitas vezes vêm acompanhada de uma negação do rótulo de feminista.

Em contraponto, o livro *Teoria Feminista: da Margem ao Centro* (hooks, 1984)<sup>13</sup> também afirma que a simples posse de um termo, isto é, declarar-se feminista, não determina uma prática do feminismo, de fato. Assim como também é possível experienciar o feminismo sem citar o termo, sem conhecê-lo, ou até mesmo negando o rótulo.

Negação que, no contexto da história do feminismo, não acontece por acaso. "Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado" (SARTI, 2003, p. 39). Os ataques vinham de todos os lados: o feminismo era rejeitado pela direita por ser amoral e subverter o papel da mulher na conhecida "família tradicional"; pela esquerda, que se ocupava da luta de classes, por se tratar de uma estratégia individualista de dominação burguesa; e pelas próprias mulheres que encontravam na imagem construída de feminismo uma oposição aos "valores femininos" (SARTI, 2003).

Dizer-se feminista era, portanto, quase um xingamento do mais baixo calão, sendo o segundo categoricamente mais aceito. Apesar disso, as ondas feministas cresceram inevitáveis, quebraram os paradigmas sexistas dominantes e encharcaram o terreno da revolução das mulheres.

A metáfora de ondas é muito oportuna para caracterizar as etapas do movimento feminista. Criada por Martha Weinman Lear, jornalista e militante, o termo "onda feminista" aparece pela primeira vez em um artigo de 10 de março de 1968, intitulado "The Second Feminist Wave", ou "a segunda onda feminista", em tradução livre, publicado no suplemento *The New York Times Magazine* (TRIZOLI, 2018).

O conceito se propõe a abarcar as convergências de pauta das diferentes nuances do movimento das mulheres, concentrando-se em períodos específicos e temas de luta e reivindicação, mas sem uma delimitação rígida e restrita no aspecto temporal e geográfico – desse modo, o termo "onda" propicia um movimento de inserção dos temas feministas tanto em fluxo de levante quanto de avanço e recuo. (TRIZOLI, 2018, p. 43)

---

<sup>13</sup> Título traduzido do original *Feminist Theory: From Margin to Center*.

As ondas do feminismo repuxam, crescem e retornam num eterno (re)fluxo de consciências. É uma perturbação constante e inevitável à calmaria do sistema opressor, que se pretende estático, imutável. As ondas sempre surgem e quebram, uma após a outra, na margem. Mas também é à margem que as águas ganham forças para explodir em uma nova onda. E não há muro, não há exército, não há violência capaz de conter o deslocamento de uma série de ondas: *tsunami* - que se tivesse de seguir as regras de nomenclatura dos furacões, provavelmente teria nome de mulher.

Porém, categorizar as ondas feministas também é um artifício didático, a partir de um olhar do presente orientado para identificar tendências do passado. Esses sentidos, como pautas, nunca foram completamente homogêneos, uníssonos ou harmoniosos, assim como as águas que se chocam de todos os lados no mar.

Por isso, quando construímos um panorama da história do feminismo, no sentido clássico da historiografia, precisamos reconhecer que estamos tratando, majoritariamente, de um movimento branco, heterossexual e cisgênero<sup>14</sup>, que pouco abriu espaço para escutar as inúmeras diferenças e desigualdades, inclusive entre as próprias mulheres (HOLLANDA, 2018).

É também imprescindível problematizar o modo como a produção acadêmica feminista muitas vezes se traduz em um espaço hierárquico, onde mulheres brancas projetam interpretações apoiadas nos trabalhos de pensadoras menos reconhecidas, sem reconhecer suas contribuições (KING, 1990 *apud* hooks, 2017). Estabelecemos aqui, mais uma vez, meu compromisso com a valorização de novas formas de produzir o saber acadêmico, pautadas principalmente na luta pela institucionalização dos estudos de gênero, de modo a preconizar literaturas, conhecimentos e vozes femininos, principalmente aqueles marginalizados.

Uma maneira pela qual os homens têm dominado é convencendo os grupos subordinados de que o conhecimento centrado no masculino é universal e científico, e de que as formas de conhecer das mulheres são concretas, personalizadas e, de alguma forma, menos válidas. (COLLINS, 2020, p. 202)

Assim, falamos da história **dos feminismos**, sempre mais de um.

---

<sup>14</sup> Cisgênero é a pessoa cuja identidade de gênero corresponde à mesma designação atribuída no nascimento.

### 3.2. Nossa maré de histórias

Voltemos à metáfora de ondas. A maior parte da literatura feminista trata do movimento dividindo-o em três ondas, sendo a primeira do século XIX até o início do XX, a segunda de 1960 até 1980 e a terceira iniciada em meados de 1990. Trabalhos mais recentes<sup>15</sup> já identificam uma quarta onda, de 2012 para cá.

As lutas iniciais pleiteavam direitos políticos, civis e econômicos básicos para as mulheres. Essa primeira geração feminista teve sua maior expressão no movimento sufragista. É neste momento que se inserem as contestações inéditas ao sistema patriarcal que impede as mulheres de terem acesso à educação, constrange sua expressão econômica e mina sua participação política.

Da primeira onda, vale destacar o protagonismo de Bertha Lutz. Ela foi o maior expoente do movimento sufragista no Brasil durante a década de 20 e organizou a maior campanha já feita por direitos políticos das mulheres. Sua luta culminou no direito da participação eleitoral das mulheres, como candidatas e eleitoras.

Contudo, como estamos falando de feminismos, esta não era a única bandeira. Ao mesmo tempo, também existiram movimentações a favor do direito à educação e organizações anarquistas que aliavam a posição da mulher ao sistema e dominação do Estado.

A segunda onda é focada no corpo. Conquistado o direito básico à cidadania, as mulheres partiram para as desigualdades práticas que atravessavam a vida cotidiana. Aqui se inserem as contestações a respeito da submissão gerada pelas instituições patriarcais e seus impactos na rotina familiar, de trabalho, entre outros.

Portanto, a grande bandeira deste momento está ligada diretamente ao corpo. Falamos do início das discussões sobre direitos reprodutivos, que levantaram questões como estupro marital, violência doméstica, dupla jornada de trabalho, leis relacionadas ao divórcio. O lema que norteou essa luta, "o pessoal é político", denunciava que a ideia de que essas questões eram particulares, exclusivas de uma ou outra única mulher, na verdade se tratava de uma prática sistemática muito mais profunda - e que precisava ser combatida.

Já na terceira onda surgem bandeiras identitárias fortes da contemporaneidade, como transfeminismo, ecofeminismo e feminismo pós-moderno. As pautas feministas se

---

<sup>15</sup> Ver "Explosão Feminista" (HOLLANDA, 2018); "Corpo geração e identidade: a *Marcha das vadias* no Brasil" (GOMES; SORJ, 2014).

pluralizaram com o auxílio dos novos meios de informação. O acesso a diferentes livros, blogs e plataformas online de mobilização democratizou a luta e capilarizou suas demandas.

As mulheres parecem conseguir ocupar mais espaços, mas o tal "teto de vidro" ainda constringe uma verdadeira equidade social. E mais para algumas do que para outras: na terceira onda surge concretamente a discussão sobre interseccionalidade, que propõe a noção de que mulheres diferentes experimentam "camadas de opressão" que potencializam sua exclusão social.

Temporalmente falando, a segunda e terceira onda são contemporâneas no Brasil, mas acontecem em espaços diferentes. Enquanto a segunda onda está ligada essencialmente ao ativismo das ruas, a terceira surge mais atrelada à academia, representada principalmente na estruturação mais concreta de um campo de estudos feministas.

Agora, já se fala em uma quarta onda do feminismo. As principais características do novo movimento giram em torno da pauta do empoderamento feminino, principalmente através das ferramentas digitais. Este feminismo também tem uma expressão forte através da juventude, que advoga representatividade e políticas efetivas de inclusão das minorias.

Grandes campanhas nas redes sociais, como "#MeuPrimeiroAssédio" e o movimento "Me Too", escancaram a prevalência do machismo até os dias atuais. Não basta mais conquistar direitos: trata-se de união, de ter voz e usar as plataformas digitais para dar voz também a outras mulheres. Também são notáveis as mudanças na cobertura da mídia a respeito das demandas feministas - elas não podem mais ser ignoradas, subestimadas.

Este panorama geral é importante para compreender um processo muito particular que aconteceu no Brasil, e diferenciou a nossa segunda onda do feminismo das outras. Durante este período, o país viveu 21 anos de uma violenta ditadura civil-militar. Isso impactou diretamente os processos e ações dos movimentos sociais. E sendo a submissão feminina um importante braço da defesa pela ordem imposta pela categoria inventada de "família tradicional", a luta dessas mulheres foi especialmente desafiadora e rica.

Mas onde está a história dessas mulheres? Por que quando Heloisa Buarque de Hollanda trabalhou com as lideranças da quarta onda, as narrativas da segunda pareciam completamente esquecidas? Seus avanços "um acaso", suas lutas "uma ingenuidade".

É a segunda onda que estrutura, de forma concreta, as bases para a condição da mulher contemporânea. Falo das conquistas das bases legais e práticas que orientam a transformação do papel da mulher na sociedade. Para onde foi esse legado? Como pode existir uma expressão feminista atual tão pungente que deixou suas antepassadas à deriva?

Entre as ondas, as mulheres estão sempre à deriva no mar da história. Confrontadas com golpes, ditaduras ou mesmo o avanço do conservadorismo em tempos de Democracia, lutar pelo feminismo parece atravessar o bem e o mal. A própria imagem de uma onda remonta a sua conflituosa relação com o mar. Após a ditadura militar, a possibilidade de leitura dos fatos ficou condicionada ao esquecimento histórico. (CUNTO, 2018, p. 28)

Dialogando com Michel Pollak (1989), Cunto (2018, p, 28) destaca o conceito de memória coletiva e o fato de estar sempre sujeito a reconstruções e vivificações. Em relação à memória coletiva nacional (a memória histórica) destaca o fato de poder ter caráter opressor e uniformizador, dando oportunidades a determinadas falas e olhares (dos dominantes), que se utilizam dela como estratégia de imposição de uma visão única sobre os fatos.

A fragilização da herança e memória sobre a segunda onda gera consequências graves para o futuro do movimento feminista brasileiro. E se tratando de uma força revolucionária, não podemos tratar esse enfraquecimento como simples fruto do acaso. A enorme influência do discurso oficial do Estado naquele momento da história pôde instrumentalizar a opressão de mulheres, o controle de seus corpos e funções sociais de maneira muito particular no caso brasileiro, criando um duplo silenciamento para estas mulheres que ficaram esquecidas na história: um silenciamento produzido pelo apagamento histórico e um silenciamento imposto pelo presente contido no passado em que viveram.

Para desvendar o duplo silenciamento sofrido por estas mulheres que ficaram esquecidas na história, um produzido pelo apagamento histórico e o outro imposto pelo presente contido no passado em que viveram, convido a uma observação sensível das narrativas da segunda onda.

Em tempo, tratar de controle e repressão durante a ditadura civil-militar no Brasil dos anos 70 é curiosamente atual e urgente, considerando a conjuntura atual do país. Sob o governo de Jair Bolsonaro, Ministérios foram extintos e órgãos, como a Agência

Nacional do Cinema (Ancine), já foram alvo de censura<sup>16</sup>. E as universidades estão sendo ameaçadas<sup>17</sup> com cortes de verbas caso não tomem determinados direcionamentos políticos específicos.

Sendo assim, levantamos a âncora para navegar essa segunda onda.

---

<sup>16</sup> "O que pretende Bolsonaro ao fechar a Ancine e pautar o cinema nacional?", **Carta Capital**, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cultura/o-que-pretende-bolsonaro-ao-fechar-ancine-e-pautar-o-cinema-nacional/>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

<sup>17</sup> "Universidades no Brasil têm liberdade de pensamento ameaçada, diz relatório internacional", **Jornal da USP**, 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/universidades-no-brasil-tem-liberdade-de-pensamento-ameacada-diz-relatorio-internacional/>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

#### 4. SOBRE O MAR QUE HERDAMOS

*"Sempre olhe para a praia quando voltar à superfície, senão você pode perder o norte", a mãe disse, virando o rosto de Hana para que ela enxergasse a terra. Na areia, sua irmã estava sentada, protegendo os baldes que continham a pesca do dia.*

*"Procure sua irmã depois de cada mergulho. Nunca se esqueça disso. Se puder vê-la, você estará segura."*

Mary Lynn Bracht, *Herdeiras do mar* (2020).

Minha trajetória nesta pesquisa, que virou verdadeira paixão, nasce da indicação da professora Cristiane Costa, que lecionava Redação Jornalística I para a minha turma na ECO-UFRJ. O convite era para ser bolsista da Heloisa Buarque de Hollanda, que tinha acabado de terminar o *Explosão Feminista* (2018) e percebido a necessidade de escrever sobre a segunda onda. Logo na nossa primeira reunião, ela já me transmitiu a urgência e importância deste trabalho com uma simples fala: "Giulia, estas mulheres estão morrendo. Não podemos deixar essa história morrer com elas".

Nos últimos dois anos, conheci a enorme responsabilidade de dar voz às veteranas dessa geração feminista. As apelidadas "dinossauras" (esta titulação é mérito do bom-humor de Jacqueline Pitanguy) contavam com muito entusiasmo suas vivências no feminismo. Muitas relatavam eventos de mais de 30 anos atrás com tanta clareza e empenho, que parecia até que elas estavam ansiosamente aguardando o momento em que finalmente veriam a segunda onda feminista renascer na história. E talvez, de fato, estivessem.

Grande parte do que conseguimos recuperar foi fruto da mais bela teimosia dessas mulheres em não deixarem seus atos serem apagados. O feminismo atual poderia até ter se esquecido delas, mas as veteranas ainda guardavam fotografias, cartas, filmes, panfletos, recortes de jornal e até anotações das reuniões que aconteceram há décadas em seus acervos pessoais, que eram pronta e gentilmente cedidos para nossa curiosidade incessante.



A relação entre a potencialidade dessas narrativas e o duplo silenciamento produzido pelo lugar histórico da segunda onda gerou um enorme encantamento em mim. Finalmente, chegou a hora de instituir um lugar de escuta sensível, que, a meu ver, pode ecoar estas vozes.

#### **4.1. Instituinto a ‘gênese’ e o ‘fim’: aonde tudo começou... e terminou.**

A segunda onda do feminismo no Brasil representou a retomada da luta das mulheres brasileiras, que experimentou um esfriamento<sup>18</sup> após a mobilização antecessora, protagonizada por Bertha Lutz na marcante reivindicação sufragista, como já destacamos anteriormente. O novo fôlego surge justamente durante a década da mulher, instituída pela ONU de 1975 até 1985.

O marco inicial é considerado o seminário "Semana de pesquisa sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira", que aconteceu de 30 de junho a 6 de julho de 1975, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Rio de Janeiro. Realizado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC-Rio), o evento resulta na criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), fruto do entusiasmo proporcionado pelo potente encontro e que não poderia mais simplesmente findar ali.

Já o processo de redemocratização, a partir de 1985, é o divisor de águas da segunda onda e sua sucessora, já que, na interpretação vigente por marcos históricos significativos, houve uma transformação contundente no contexto material em que ela está inserida, isto é, a ditadura. Com o sucesso do "Lobby do Batom"<sup>19</sup>, responsável por assegurar diversas conquistas, o movimento tomaria outros rumos, com novas demandas e direcionamento de pautas.

Nesse sentido, a segunda onda feminista é caracterizada pela forte presença da ditadura, da repressão e da censura. Diante desse quadro político, o feminismo brasileiro conheceu um recuo estratégico, particularizando-se em relação aos movimentos internacionais. Num momento em que o simples reunir já era um ato perigoso<sup>20</sup>, essas

---

<sup>18</sup> Tal lapso é assinalado em trabalhos como PEDRO (2006), PINTO (2003) e CUNTO (2018).

<sup>19</sup> "Lobby do Batom" refere-se ao movimento de mulheres que pressionou a Assembleia Nacional Constituinte por direitos civis, econômicos e sociais. Coordenado pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), a campanha "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher!" reivindicava a "igualdade de direitos e responsabilidades na família, a definição do princípio da não discriminação por sexo e raça-etnia, a proibição da discriminação da mulher no mercado de trabalho e o estabelecimento de direitos no campo da anticoncepção" (CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA, 2019).

<sup>20</sup> Este discurso é muito persistente nas falas das protagonistas da segunda onda que viveram estes passos iniciais. Ver PEDRO (2006).

mulheres estruturaram órgãos e instituições que pudessem justificar suas "transgressões". Além do CMB, surgem organizações, como o SOS Mulher, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), o Grupo Ceres, o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, entre outras.

Os Centros eram lugar de troca, de encontro, de solidariedade e cooperação entre mulheres – sendo esse tipo de modelo particularmente inédito para o movimento brasileiro. Os atos comunicacionais (SODRÉ, 2014) construídos nestes espaços, das feministas para elas mesmas e das feministas para o mundo, apontam dimensões que, mesmo determinantes para o rumo do feminismo, ficaram soterrados pelo apagamento histórico.

Sodré (2006) dirá que as relações entre os sujeitos são embebidas nas chamadas estratégias sensíveis. Os atos discursivos estão intrinsecamente ligados ao lugar que aquele sujeito, moldado às relações discursivas, ocupa. Nesse sentido, os contextos interacionais pressupõem perceber quem é, para o indivíduo, este outro que dialoga. (SODRÉ, 2006). Nos Centros, as relações eram pautadas nessa dimensão do sensível, do afeto, rompendo radicalmente com a dicotomia estabelecida no campo do conhecimento entre razão e emoção. E, não por acaso, tais categorias são historicamente associadas ao masculino, com significado positivo, e ao feminino, em sentido negativo, respectivamente (LEAL, 2015). Podemos dizer que as organizações feministas da segunda onda se constituem como comunidades de afeto (PAIVA, 2012).

Os Centros também representaram um deslocamento das demandas das mulheres, antes relegadas ao contexto privado para a esfera pública. Segundo Rachel Soihet (2013), a mobilização das feministas de segunda onda inaugurou o lugar do feminismo como ação política no Brasil.

Campanhas contra os abusos com relação às mulheres, no que tange a temas até então ignorados, merecem espaço cada vez mais amplo na mídia, como resultado da mobilização das feministas e da própria modernização da sociedade brasileira. Assim, a partir desse momento, questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política (SOIHET 2013, p. 142-143).

Já a ação política aqui abordada fundamenta-se na premissa estabelecida por Hannah Arendt (2005) de que

[...] tal como a vivenciaram os gregos, a liberdade se dá no âmbito da convivência humana e enquanto razão de ser da política não é prerrogativa do indivíduo isolado. Manifesta-se através da ação e da palavra no espaço público político, o lugar da proximidade entre os cidadãos (ARENDDT, 2005 *apud* SCHRAMM, 2008, p. 13).

Tratando-se do movimento das mulheres, este lugar de proximidade, onde ocorre o encontro, a palavra, o fazer-político livre, é nada mais nada menos do que os próprios Centros. Livres da vigilância dos maridos, as mulheres iniciavam um processo de autoconscientização, debatendo, na dimensão do afeto, as questões próprias da vida particular. Mas, ao fazerem isso, transformavam essas demandas em uma dimensão política e, com isso, rompiam à esfera pública.

Immanuel Kant, Hannah Arendt e Jürgen Habermas (Benhabib 1992) colocam-se numa linhagem de pensamento político dedicado à conversão em linguagem normativa de um domínio da vida social onde, no seu modo de dizer, pessoas privadas reúnem-se em público para discutir sobre as leis gerais que governam a vida civil, num debate orientado por regras que obrigam todos a procedimentos de racionalidade argumentativa, de suspensão das diferenças pré-argumentativas, de abertura e inclusão, além, naturalmente, de submeter todos ao princípio do melhor argumento como base de legitimação da decisão. (GOMES, 2006, p. 53)

Para se colocarem na esfera pública, em um contexto de ditadura civil-militar, as iniciativas feministas da segunda onda sabiam que precisavam buscar o apoio de outras instituições progressistas da época. Assim, recorreram a articulações com a Igreja Católica e com o Partido Comunista, que eram aliadas na oposição ao regime militar. Mas isso se tornaria complicador para o movimento de mulheres. As lutas feministas, que surgiam na Europa e nos Estados Unidos, levantavam a bandeira “o pessoal é político” e defendiam o direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual, paralelamente ao fim das desigualdades no trabalho e no contexto familiar. No Brasil, a maioria dessas bandeiras confrontavam diretamente os dogmas da Igreja (BLAY; AVELAR, 2017) e também os princípios do Partido Comunista (SARTI, 2001), que argumentava por uma luta mais ampla, na qual não cabiam as demandas mais singularizadas das feministas.

O resultado foi a fragilização inicial da retomada do nosso feminismo, que experimentou um distintivo recuo em relação ao feminismo internacional, concentrando-se, prioritariamente, nas questões trabalhistas, na demanda por creches e no enfrentamento da violência contra a mulher ao longo da década de 1970. É este *habitus* (BORDIEU, 2011), demarcado entre a restrição de demandas dentro do próprio

movimento e a repressão silenciosa promovida pelo Estado, que antecede à nova e explosiva onda feminista contemporânea – a que nós assistimos sem fazer as devidas articulações com o passado.

#### **4.2. Dando voz ao silêncio**

Assumo, portanto, a responsabilidade urgente de resgatar as memórias silenciadas do feminismo de segunda onda no Brasil. Para tanto, apresento duas propostas pela valorização dessas narrativas, ambas no âmbito dos relatos em primeira pessoa.

A primeira é fruto de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de condensar e relacionar diferentes testemunhos já existentes das feministas da segunda onda, que atualmente se encontram dispersos e desarticulados. Dessa proposição, trago as palavras de Jacqueline Pitanguy, Moema Toscano, Maria Luiza Heilborn, Comba Marques Porto e Schuma Schumacher. Seus relatos foram reunidos a partir de diferentes trabalhos publicados ao longo dos anos.

A segunda é fruto da metodologia de história oral utilizada na pesquisa Palavra Fora do Eixo: o Caso do Feminismo. Ressalto que, no âmbito da história oral<sup>21</sup>, as narrativas também irão refletir os significados atribuídos pelas entrevistadas ao realizarem suas leituras do passado, circunscritas no hoje.

Durante os últimos três anos, trabalhamos com entrevista (particularizando as histórias de vida) que se mostra um recurso metodológico valioso, porque não apenas leva em consideração a experiência subjetiva dos sujeitos, mas deixa fluir sua memória, produzidos jogos de lembranças, esquecimentos, apagamentos, silenciamentos, fundamentais para a interpretação da história que está sendo contada.

Deste acervo de história oral inteiramente inédito, apresento as vozes de Leila Linhares Barsted, Comba Marques Porto, Maria do Espírito Santo (também conhecida como Santinha), Rita Andreia e Maria José Lima (chamada Zezé). No âmbito do trabalho no projeto Palavra Fora do Eixo, a escolha das entrevistadas seguiu o critério de buscar aquelas que protagonizaram a fundação do Centro da Mulher Brasileira, considerada a primeira organização da segunda onda, e que se mantiveram na prática feminista durante todo o período.

Além disso, também prezamos por aquelas que moravam na cidade do Rio de

---

<sup>21</sup> Sobre isso, ver as contribuições estabelecidas por FERREIRA e AMADO (1998) em *Usos e Abusos da História Oral*.

Janeiro, o que possibilitava a realização das entrevistas presencialmente<sup>22</sup>. O contato foi estabelecido por meio da orientadora do projeto, Heloisa Buarque de Hollanda, e as entrevistas foram realizadas por mim, Pê Moreira, Rachel Mattos e Julia de Cunto, integrantes do grupo de pesquisa.

O roteiro base (anexo 1) para todas as entrevistadas era composto por cinco blocos de perguntas abertas, com determinadas especificidades referentes ao lugar que cada uma das entrevistadas ocupou durante a militância, ou seja, tomando como chave para as entrevistas o tema dominante (feminismo) e, assim, aproximando a metodologia das “Histórias Temáticas”: 1) apresentação; 2) contexto anterior e o seminário na ABI; 3) os primeiros passos no movimento feminista; 4) a atuação no movimento, seus conflitos e manifestações; 5) o ativismo, os principais temas e estratégias.

Em virtude das mais de dez horas de depoimentos que totalizam a caminhada na pesquisa orientada pela Heloisa, e também pela grande diversidade de temas possíveis a serem abordados nos relatos já publicados, faz-se necessária uma seleção cuidadosa dos trechos a integrarem esta análise<sup>23</sup>.

É importante destacar que todo recorte metodológico ao mesmo tempo que evidencia, exclui. Seria impossível conceber todas as discussões, temáticas, prerrogativas e vozes deste período. Reafirmo, aqui, a necessidade de não buscar por uma história verdadeira, mas pelos seus rastros, produzidos ao longo do tempo. Existem diferentes perspectivas possíveis de serem abordadas a partir desta perspectiva historiográfica comunicacional, com atenção e reflexão na dimensão sensível e narrativa-discursiva. Muitas de nossas protagonistas, mulheres brancas e mulheres não-brancas, integraram grupos de saúde da mulher, violência contra a mulher, feminismo e sexualidade, feminismo e raça, feminismo e trabalho, feminismo e lei, entre outros. O enfoque seguido por este estudo, não pretende esgotar nem invisibilizar tais questões, nem tampouco a importância de cada uma delas, no passado e no presente.

Assim, o critério utilizado foi a busca por identificar os rastros dos atos comunicacionais das mulheres dentro dos Centros, tentando evidenciar as estratégias sensíveis (SODRÉ, 2006), de solidariedade e afeto, que norteavam o movimento feminista. Na mesma lógica, investigo nos testemunhos os indícios que demonstram o

---

<sup>22</sup> Estes encontros foram realizados antes da pandemia de coronavírus, entre 2018 e 2019.

<sup>23</sup> Este trabalho de conclusão de curso é o primeiro que escrevo sobre o tema e será retomado e aprofundado no Mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ, para o qual fui aprovada em 2021.

salto da esfera privada para a esfera pública (ARENDR, 2005), protagonizado pela segunda onda e representado principalmente na construção política dentro dos Centros, sob a bandeira "o pessoal é político".

#### **4.2.1. Protagonistas**

Apresentamos, brevemente, as mulheres entrevistadas para a pesquisa e que serão referenciadas no trabalho. São elas:

##### Branca Moreira Alves

A historiadora Branca Moreira Alves foi uma das pioneiras da segunda onda do feminismo no Brasil. Fez parte dos primeiros grupos de reflexão pré-1975, e mais tarde organizou a Semana da ABI, presidindo o Centro da Mulher Brasileira após a sua fundação. Também foi a primeira presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro e chefiou o escritório Brasil-Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Atualmente, também integra a ONG Cepia.

##### Comba Marques Porto

Advogada e ativista do movimento comunista, Comba participou da Semana da ABI e integrou o Centro da Mulher Brasileira. Enquanto militante do partido comunista, foi presa durante o congresso da UNE em 1968, Ibiúna. Integrou-se ao feminismo, compôs o Grupo Ceres e também atuou durante o CNDM, na Constituinte. Hoje também compõe a ONG Cepia e atuou como subsecretária de Políticas para as Mulheres da cidade do Rio de Janeiro durante os anos de 2017 e 2018.

##### Jacqueline Pitanguy

Socióloga e cientista política, Jacqueline atuou na fundação do Centro da Mulher Brasileira e do Grupo Ceres durante as décadas de 70 e 80, até presidir por quatro anos o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), organização responsável por reivindicar os direitos das mulheres na Constituinte. Também integrou os primeiros grupos de reflexão pré-1975, e fez parte do grupo que organizou o Seminário na ABI. Hoje, é diretora da ONG Cepia (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação), onde atua no desenvolvimento de pesquisas a respeito da violência contra a mulher, direitos reprodutivos, saúde da mulher e direitos sexuais.

### Leila Linhares Barsted

Advogada e ativista, Leila integrava os primeiros grupos de reflexão, responsáveis pela organização da Semana da ABI. Esteve no Centro da Mulher Brasileira e no Grupo Ceres. Atuou no CNDM durante a Constituinte e é ex-diretora da revista Estudos Feministas. É fundadora da ONG Cepia, onde é coordenadora executiva até os dias de hoje.

### Maria Aparecida Schumacher

Pedagoga e ativista, 'Schuma' participou dos primeiros Congressos da Mulher Paulista, durante a década de 70. Mais tarde, integrou o Centro da Mulher Brasileira de São Paulo, onde ajudou a fundar o S.O.S. Mulher, uma das primeiras organizações que disponibilizava atendimento e acolhimento às mulheres vítimas de violência no Brasil. Nos anos 80, compôs o CNDM e na década seguinte fundou a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), uma ONG que une as questões feministas e ambientalistas, coordenada por Schuma até hoje.

### Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos

Médica e ativista do movimento comunista na década de 70, 'Santinha' esteve no Seminário da ABI e fez parte do CMB. Compôs grupos de reflexão e atuou durante a segunda onda do feminismo principalmente debatendo a perspectiva da saúde da mulher brasileira.

### Maria José de Lima

A enfermeira 'Zezé' iniciou sua participação no feminismo com o Seminário na ABI. A partir daí, integrou ativamente o Centro da Mulher Brasileira, fundando grupos de autoconsciência e mais tarde o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Zezé também esteve na Constituinte, com o CNDM, atuando principalmente na área da saúde da mulher.

### Moema Toscano

Cientista social, Moema fez parte da fundação do Centro da Mulher Brasileira, o qual integrou até sua dissolução nos anos 2000. Também desenvolveu sua militância no Fórum Feminista do Rio de Janeiro e no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

(CEDIM), onde atua como conselheira.

### Rita de Cassia Lima Andrea

A socióloga Rita Andrea frequentava algumas reuniões do CMB durante a década de 70. Mais tarde, integrou o Brasil Mulher, o S.O.S. Mulher e organizou grupos de reflexão sobre violência contra a mulher. Hoje atua como consultora da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre e da Fundação Darcy Ribeiro para o Programa Nacional de Segurança com Cidadania - Mulheres da Paz, do Estado do Rio de Janeiro.

#### **4.2.2. Lugares da memória<sup>24</sup>**

Apesar do marco inicial da segunda onda do feminismo ser considerado o seminário Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, em 1975, o evento, é claro, não ocorreu a partir "do nada".

Leila Linhares comenta<sup>25</sup> que a percepção de um "vazio" entre a primeira e a segunda onda do feminismo não é completamente correta, uma vez que existiam mulheres produzindo, dentro e fora da academia, obras feministas, ainda que não se rotulassem dessa forma. Destas inspirações anteriores, ela destaca<sup>26</sup> o protagonismo de Carmen da Silva, uma psicanalista e jornalista brasileira que escrevia a coluna A Arte de Ser Mulher, na revista *Claudia*, de 1963 a 1984.

O tributo à Carmen é corroborado por Zezé, que atribui sua percepção da problemática da mulher à leitura da escritora: "Mesmo quando não tinha dinheiro para comprar uma *Claudia*, onde tivesse consultório médico, se tinha a revista, eu ia lá ler. E pensava assim 'bom, meu incômodo não é meu. É um incômodo que existe na sociedade'."(LIMA, 2018)<sup>27</sup>

Comba também define Carmen como uma "antecipadora das pautas da segunda onda"<sup>28</sup>. Depois do seminário na ABI, elas, inclusive, tornaram-se amigas de longa data.

---

<sup>24</sup> Neste subtítulo, fazemos uma alusão ao título da obra de Pierre Nora (1984) "*Les lieux de mémoire*" (Lugares de memória), ainda que não estejamos nos referindo ao conceito do autor, mas apenas demarcando os espaços de recordação desse instante inicial, lembrando como marcos de reconhecimento da segunda onda do feminismo no Brasil.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, pessoalmente, em 17 set. 2018.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, pessoalmente, em 05 mai. 2018.

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, pessoalmente, em 12 set. 2018.



Ela atribui à Carmen a criação de uma espécie de "caldo de cultura", com a maestria de suas palavras, que proporcionou a formação de uma consciência feminista.

Na ocasião da organização do Seminário, Comba relata que Carmen da Silva recebeu as organizadoras do evento em sua casa, em Niterói, da seguinte forma:

- Vocês chegaram atrasadas.
- Mas não havíamos marcado às 16?
- Não me refiro à hora do encontro e, sim, ao movimento feminista!  
(PORTO, 2015 *apud* CUNTO, 2018, p. 13)

Esta memória é corroborada pela narrativa de Leila Linhares, uma dessas organizadoras, que relata a mesma situação da seguinte forma:

Chegamos lá na casa da Carmen, em Icaraí, ela abriu a porta e disse assim: “Vocês demoraram”. A gente se desculpou, colocamos a culpa na barca, e ela disse: “Não, não. Vocês feministas demoraram a me encontrar”. (BARSTED, 2018)<sup>29</sup>

Existia também, antes das organizações do movimento feminista, uma luta muito forte promovidas pelas mães de presos e exilados políticos durante a ditadura. Este protagonismo precisa ser mencionado porque ali já se observam algumas estratégias de disfarce que, mais tarde, seriam adaptadas pelo Centro da Mulher Brasileira, e algumas tendências do Estado em relação à luta liderada por mulheres. Nas palavras de Branca Moreira Alves:

Reuniam-se a princípio no Colégio Sion, em volta de uma mesa, fazendo alguma costura para disfarçar se chegasse a polícia - mãe é tão sagrada neste país que nunca tiveram problemas, que eu saiba. Ou talvez a polícia política não desse conta. Afinal, eram mulheres, mães, senhoras discretas. Não levantavam suspeitas e, no entanto, estavam elas e nós, da rede de informação, fazendo algo considerado supersubversivo e pelo qual muitos foram torturados e alguns mortos, como Rubens Paiva e Vladimir Herzog. (HOLLANDA, 2018, p. 506)

A semente do evento na ABI foram os grupos de reflexão, citados por Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares. A última conta que as reuniões eram feitas nas casas umas das outras, e suas palavras evidenciam a construção de comunidades afetivas, pautadas em relações sensíveis, de escuta e solidariedade.

A gente se reunia nas casas umas das outras, sentávamos no chão. Era uma coisa extremamente afetiva. A vida da outra nos afetava, tinham experiências sendo trocadas. Ninguém sabia mais do que ninguém, todas estávamos no mesmo barco, e nos perguntávamos: o que fazer? Essa era a grande questão. O início do movimento foi

---

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

horizontal e afetivo, principalmente. Muitos anos depois, a gente ficava pensando na frase do Guevara: *Hay que endurecer, pero jamás perder la ternura*.<sup>30</sup> Nesse primeiro momento, as relações pessoais eram muito fortes; era uma militância, mas era uma amizade também. (BARSTED, 2018)<sup>31</sup>

No trabalho *O que é feminismo*, as feministas Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy explicam a dinâmica dos primeiros grupos de reflexão, que seriam a semente para o evento na ABI e mais tarde também do Centro da Mulher Brasileira:

[...] grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Essa tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais, mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres. **A descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista...** Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e de transformação. (BRANCA; PITANGUY, 1982, p. 66-67, grifo nosso)

Esta experiência, que emblematicamente representa a hibridização das esferas público e privadas (ARENDDT, 2005), persiste e norteia as bases da segunda onda do feminismo no Brasil.

### Seminário na ABI: o marco inicial

Em virtude da década da mulher, estabelecida pela ONU em 1975, estas mulheres que já estavam envolvidas em grupos de reflexão sobre a temática feminista e se reuniram para organizar um evento, que ficou conhecido como o seminário na ABI. Ao final da semana Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, Santinha relata que houve uma "explosão de conhecimento naquele espaço e um sentimento compartilhado de multiplicar isso. Essa ideia de multiplicação foi a base de tudo que a gente aprendeu ali no seminário." (SANTOS, 2018)<sup>32</sup>

<sup>30</sup> “É preciso endurecer, mas sem jamais perder a ternura”, em tradução livre.

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, pessoalmente, em 05 out. 2018.

Leila Linhares revela que o nome "extremamente careta" escolhido para o seminário foi uma estratégia pensada. "Nós estávamos na ditadura, não podíamos cutucar a onça com vara curta" (BARSTED, 2018)<sup>33</sup>. O contato com a ONU foi estabelecido por Mariska Ribeiro, que conseguiu o patrocínio do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil para a realização do evento. Já o espaço foi cedido pela Associação Brasileira de Imprensa, um dos poucos lugares de discussão durante o regime militar. "De alguma maneira, aparentemente, para a ditadura, isso não estava causando nenhum estranhamento" (BARSTED, 2018)<sup>34</sup>, conta Leila.

Ainda assim, elas tinham medo. E, por isso, buscaram legitimidade na presença de grandes nomes reconhecidos, como Carmen da Silva, Rose Marie Muraro, e, principalmente, homens ilustres. Naquele momento, era importante validar o movimento com médicos, psicanalistas, advogados - do sexo masculino, é claro. Exemplo foi a presença de célebre economista Celso Furtado numa das mesas temáticas do evento. A ponte com esses nomes era, frequentemente, feita pelas esposas, que muitas vezes já estavam implicadas em certa consciência feminista.

Jacqueline Pitanguy relata que o mais surpreendente, para ela, foi a enorme adesão: "Quando organizamos esse evento, destapamos a garrafa que estava borbulhando: a questão da mulher já estava presente na sociedade brasileira" (HOLLANDA, 2018, p. 463).

As organizações das mesas seguiam uma estrutura formal de temas "clássicos": mulher e trabalho, mulher e educação, mulher e política, mulher e saúde. O Relatório Final do Seminário na ABI (anexo 2) expõe a seguinte constatação:

Durante esta semana de pesquisa sobre o papel e Comportamento da Mulher Brasileira, pudemos comprovar, a partir das pesquisas e vivências dos participantes dos painéis e dos grupos que prestaram depoimentos paralelos, que a inferiorização da mulher não se restringe apenas às condições da estrutura econômica, mas resulta de um condicionamento cultural que vem sendo transmitido de geração em geração (ANEXO 2, 1975, p. 52).

E uma das conclusões estabelece que, para mudar o panorama da mulher no Brasil "é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento, numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançar num programa de ações concretas" (ANEXO 2, 1975, p. 54). Neste contexto, surge a proposta de criação

---

<sup>33</sup> Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

<sup>34</sup> Idem.

de um órgão e elas decidem se reunir. Naquele momento, no entanto, o simples ato de se reunir era extremamente perigoso.

Zezé conta que a reunião que antecedeu a criação do Centro da Mulher Brasileira foi marcada por estratégias que determinavam desde como passar o endereço e para quem, até possíveis disfarces para o caso de uma intervenção da polícia.

Se estabeleceram códigos de como seria: uma pessoa de confiança formou os blocos e uma mulher tinha que dizer à outra [partes do endereço]. E lá se formaram os primeiros grupos, de dez em dez, com quem tinha alguma coisa afim. Foi muita coragem, e não aconteceu nenhuma repressão. Fomos, ficamos em reunião até meia noite, uma hora da manhã, e voltamos. Sem maiores dramas, ninguém foi presa. Mas tinha que ter todo um disfarce quando reunia. Tinha toda uma estratégia: se chegasse a polícia, a gente estava trocando receita, ensinando crochê... havia uma preocupação do tipo "o que é que estão fazendo aqui reunidas" porque reunir, naquela época, era uma coisa muito perigosa. Então as pessoas tinham que ter cuidado de não repetir muito um local, não estacionar o carro no mesmo lugar, estratégias de sobrevivência. (LIMA, 2018)<sup>35</sup>

### O Centro da Mulher Brasileira

Uma sala na Rua Franklin Roosevelt, número 39. Este era o espaço de convergência de feministas que vêm de diferentes contextos, com interesses múltiplos, mas unidas em torno da causa da mulher. Durante muito tempo, o aluguel foi financiado por Branca Moreira Alves; existia um senso de responsabilidade muito grande, e, com isso, as próprias feministas se esforçavam pela manutenção do Centro.

No Centro da Mulher Brasileira (CMB), as reuniões aconteciam segundo as temáticas pré-estabelecidas pelos grupos, como por exemplo trabalho, homossexualidade, direitos, sexualidade, saúde, violência e autoconsciência. Moema Toscano revela que os grupos de reflexão eram centrados "nesse aspecto psicológico de catarse, grupos de autoanálise a partir da experiência particular: os casamentos que iam mal, novos casamentos. Era muito centrado nisso" (In: PEDRO, 2006, p. 264). Eles se estruturavam como rodas de conversa, em que cada uma se apresentava e trazia um aspecto diferente para ser debatido, uma inquietude, uma questão. "As pessoas iam dizendo 'ah eu sinto isso, eu sinto aquilo', umas choravam" (LIMA, 2018)<sup>36</sup>, relembra Zezé.

---

<sup>35</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>36</sup> Idem.

Nas reuniões, elas faziam política na dimensão do acolhimento. Era um grupo de "reflexão, um coletivo, um espaço de troca, de solidariedade e ação política" (HOLLANDA, 2018, p. 463), nas palavras de Jacqueline. Santinha também conta:

A palavra afeto ficou um tempão entre nós, porque era gostoso trocar um carinho uma com a outra, amar a outra ali, na frente das outras. E nós buscando entender aquele processo que nós estávamos vivendo. Trazendo contatos de fora, as mulheres já lá correndo nas ruas, e nós buscando espaços para andar, fazer eventos ou alguma coisa. E fizemos alguns eventos bonitos, debates, mesas - sempre estava cheio. Começava com três pessoas e terminava com sessenta. E a gente ia entendendo o que daquela política de mudança era o feminismo, a igualdade, mas também o que era descoberta nossa. Era uma coisa bonita. (SANTOS, 2018)<sup>37</sup>

As experiências no Centro estabeleciam relações afetivas de modo a reconhecê-las como iguais e potencializar suas vozes e experiências, ainda que elas soubessem que não eram igualmente silenciadas pelas instituições patriarcais. Schuma explica que uma das metodologias do centro atuava justamente no sentido de suprir possíveis desníveis de informação entre as mulheres: "as novatas passavam por um grupo de reflexão para irem acompanhando aquelas que já vinham debatendo e refletindo há mais tempo. Era uma metodologia interessante de acolher as pessoas" (HOLLANDA, 2018, p. 487).

Santinha relata uma experiência muito tocante em uma reunião que teve a presença de uma empregada doméstica.

Uma vez chegou uma empregada doméstica, que chegou e disse assim: "eu vim aqui porque me indicaram". Eu perguntei "mas você está aqui, por quê?", e ela disse "Porque eu soube que aqui é um local que vocês não humilham a empregada doméstica". Olha que loucura. Essa coisa mexeu muito comigo na época. Ela disse "Não humilham e que parece que vocês dão a mão e se abraçam". A gente queria entender que sentimento era aquele que alguém disse para ela procurar lá [no CMB], então a gente perguntou "o que você está sentindo aqui?", e ela disse assim: "parece que aqui que é um local de vida". (SANTOS, 2018)<sup>38</sup>

Muitas atividades desenvolvidas pelo Centro da Mulher Brasileira procuravam multiplicar as práticas de escuta sensível, solidariedade e afeto entre todas as mulheres que elas pudessem alcançar. Ao mesmo tempo que existia o choque de realidades diferentes, percebia-se a necessidade de fortalecer a dimensão política interseccional de

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, cit.

<sup>38</sup> Idem.

apoio e acolhimento entre mulheres. Leila fala sobre um debate sobre trabalho na comunidade Chapéu Mangueira, localizada no bairro do Leme, Rio de Janeiro (RJ).

Lá pelas tantas, uma levantou a mão e disse: “Eu tive um filho, mas o pai não registrou”. A maioria daquelas mulheres não queria falar sobre trabalho, elas queriam falar sobre direito da família. Mulheres abandonadas, mulheres com criança que não recebia pensão alimentícia, que não tinham registrado filho. Aquela nossa preocupação com direitos civis, lá da década de 70 ainda, era uma preocupação também daquelas mulheres negras e pobres, no morro do Chapéu Mangueira. Como o direito civil afetava a vida dessas mulheres. Não que elas não estivessem preocupadas com trabalho, mas ainda não estavam questionando esse ponto. Estavam questionando **uma vida privada extremamente abandonada**, abandonada por esses homens, esse padrão que tem no Brasil, das mulheres criando seus filhos sozinhas. (BARSTED, 2018, grifo nosso)<sup>39</sup>

Mais uma vez, surge a dimensão de como a questão da mulher era vista como um problema da esfera privada. O grande mérito do feminismo da segunda onda no Brasil foi romper com essa barreira, desenvolvendo estratégias para invadir a esfera pública em um momento de extrema repressão.

Sobre as atividades desenvolvidas no Chapéu Mangueira, Comba relembra que a agenda feminista, para aquelas mulheres na comunidade, apresentava-se de maneira diferente: "a gente foi com um discurso, e é claro que as mulheres queriam saber dos seus direitos, mas não daquele *trololó* que a gente foi lá para levar. Eu acabei fazendo orientação jurídica e encaminhando alguns casos" (PORTO, 2018)<sup>40</sup>.

Fica evidente que o trabalho das feministas, naquele momento, suplantava em grande parte uma demanda da sociedade que deveria ser atendida pelas políticas do Estado. Mas não era por serem questões consideradas "coisa de mulher" que deveriam permanecer na vida privada.

Outro exemplo disso está no relato de Schuma sobre as contemporâneas paulistas, que organizavam creches "para que as mães pudessem participar e eram os homens que tomavam conta das crianças. Eram os chamados homem sensíveis" (HOLLANDA, 2018, p. 488).

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

Essa consciência fez surgir, ainda nos anos 1970, um serviço telefônico de informações para as mulheres. Zezé relembra<sup>41</sup> que a ideia foi de Danda Prado<sup>42</sup>, que ofereceu seu telefone pessoal, pago por ela mesma com o próprio dinheiro, para a criação do serviço. O número era divulgado em um papelzinho, repassado de mulher para mulher, e todo dia elas ligavam para as mulheres que se cadastravam para dar notícias do movimento feminista do mundo inteiro. O número funcionava tanto para oferecer essas informações, quanto para recebê-las. Zezé conta<sup>43</sup> que todos os dias um grupo de mulheres se organizava em escalas para responder as ligações e transcrever as mensagens deixadas na secretária eletrônica do número: reuniões, notícias e casos de violência, por exemplo. Em um tempo que antecedeu a internet e as redes sociais, este serviço de informações foi uma ferramenta inovadora extremamente importante para a organização da luta feminista.

Zezé revelou que, além do objetivo principal do serviço, muitas mulheres também ligavam fazendo pedidos de socorro: "A pessoa dizia um número, onde estava, onde podia encontrar. Marcava um encontro, mandava vir no grupo para falar, para dar um depoimento e recebia encaminhamento. Muita gente se aproximou por aí" (LIMA, 2018)<sup>44</sup>.

Segundo Zezé, o número foi sendo cada vez mais divulgado e elas recebiam ligações de todas as partes do Brasil. Ela fala sobre um caso envolvendo até articulação internacional através do serviço:

Quando o Janotti quebrou o ouvido da mulher, em São Paulo, ele ia falar nos Estados Unidos. Então, a gente avisou as feministas dos Estados Unidos para ir lá denunciar ele na fala. Tudo era articulado internacionalmente, e funcionava. Trabalhava-se muito mesmo. (LIMA, 2018)<sup>45</sup>

O serviço começou a ter problemas porque muitas pessoas começaram a fazer telefonemas a cobrar<sup>46</sup>, que entravam automaticamente na secretária eletrônica, e, portanto, tinham de ser pagos por Danda. Com o tempo, a enorme demanda imposta por

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>42</sup> Yolanda Cerquinho Prado, conhecida como Danda Prado, foi uma das principais mobilizadoras do feminismo brasileiro deste período. Durante a ditadura militar, fica exilada na França, onde participa de articulações feministas até retornar ao Brasil. Segundo o relato de Maria José de Lima, Danda hoje, aos 92 anos, encontra-se em estado avançado de Alzheimer.

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>44</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Serviço de chamada telefônica em que a cobrança é feita para o número de destino, em vez do número de origem.

esse trabalho não-remunerado terminou por enfraquecer a atividade que, eventualmente, foi suspensa. Mas Zezé reforça que o maior objetivo era conseguir que o Estado assumisse esse trabalho:

O objetivo era mobilizar o Estado a assumir a sua parte. Quando você dava uma reportagem, falava disso, a gente queria que eles assumissem a parte que eles não faziam. Um dos resultados é a Delegacia de Mulheres. Foi criada por isso, com o nosso trabalho. E também a central telefônica de denúncias, mas isso foi muito depois. (LIMA, 2018)<sup>47</sup>

De maneira muito semelhante, se estruturou também o grupo S.O.S. Mulher. A divulgação foi feita de boca em boca, nos serviços de saúde que elas tinham algum contato. Rita Andreia relata as estratégias de acolhimento desenvolvidas para o atendimento:

A técnica que a gente utilizou durante muito tempo (algumas mulheres já até escreveram sobre ela) é a de linha de vida, em que é traçada uma linha, que não é uma linha reta, mas é uma linha de vida mesmo. Hoje em dia tem outro nome, usam a mesma técnica, mas com outros nomes. Essa linha da vida era a história de cada mulher, as memórias que você traz da sua vida. A técnica estimulando para que você fale desde onde você lembra. Quando menina, qual é a marca maior da sua vida enquanto criança? Alguma coisa que marcou a sua vida. Cada mulher vai lembrando. Tem umas que cantam música de ninar, a música que a mãe cantava, que a avó cantava, são as lembranças que mais marcaram essas mulheres. Então, vem desde a infância e passa pelas dificuldades da puberdade, na adolescência. Um exemplo que me marcou, que eu lembro de ter ouvido de outras mulheres, foi que eu estudava em colégio de freira e não podia abrir as pernas. Tinha que se sentar sempre com as pernas fechadas. Então, quando eu comecei a ver as mulheres com saia larga, podendo abrir as pernas e falando do jeito que quisessem, gesticulando, isso foi uma marca para mim. A linha da vida são memórias, mesmo, das mulheres, e aí vêm memórias de violência, um monte de outras coisas. Teve um certo tempo, que eu me lembro, em que a gente começou a resolver a vida das mulheres: a mulher chegava pedindo ajuda para se ver livre da violência, mas ela estava desempregada. Então, a gente arranjava trabalho para ela [Risos]. A mulher não foi lá pedindo emprego, a gente não tinha que resolver a vida da mulher, a gente tinha que atuar naquilo que ela solicitava. Então com o tempo a gente foi descobrindo até onde a gente deveria chegar, na reflexão entre nós, porque era uma coisa muito empírica. Adaptando a metodologia para não ser uma coisa ortodoxa, mas deixar a mulher a vontade. Porque numa dessas vezes, eu tenho essa lembrança, a mulher se assustou com o tanto de coisa que foi oferecida para ela. E a outra coisa que marca é ver as mulheres mudando o jeito delas de estar. Quando era a segunda ou a terceira vez que elas vinham, já tinham um outro olhar. Elas já

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.



estavam pintadas, já estavam mais arrumadas, a coisa da autoestima. A gente trabalhava muito com a autoestima e o desejo da mulher (ANDREA, 2019)<sup>48</sup>

Em São Paulo, Schuma explica que o S.O.S. Mulher dependia muito do financiamento das próprias feministas. Era um investimento coletivo em todos os sentidos: "Tínhamos um carnê e todas pagávamos mensalidade. esse dinheiro financiou a sede do S.O.S. Mulher [São Paulo]. Faziam parte do grupo também umas quinze ou vinte advogadas voluntárias, que cediam seu tempo para as mulheres que chegavam ao S.O.S." (HOLLANDA, 2018, 489).

Este tipo de trabalho extremamente sensível de acolhimento formou as bases dos serviços de atendimento à mulher nos dias de hoje. Muitas mulheres que fizeram parte da experiência no grupo de S.O.S. depois foram convidadas para auxiliarem na capacitação dos profissionais nas delegacias especializadas. Rita Andrea é uma delas.

Zezé, Comba e Rita falam sobre um caso muito traumático que aconteceu nesse grupo, envolvendo o feminicídio da alemã Kristel. Zezé explica o funcionamento:

O grupo violência, que era o grupo liderado por Lígia, tinha uma escala que todo dia uma pessoa ligava para saber como ela [Kristel] tinha passado o dia. A escala era cada dia uma que ligava de manhã, de tarde e de noite para acompanhar se ela estava viva, se não aconteceu nada, saber dela. Uns três dias antes da morte, ela [Kristel] própria disse que não precisava mais ligar porque ele estava calmo. Era início do ano escolar, ela tinha um filho com uns dez anos, eu acho. Ela foi à uma festa em Ipanema e nesse dia as pessoas não controlaram. Ele matou e foi pro aeroporto. Essa morte teve uma interferência enorme no trabalho dos grupos, porque foi uma coisa muito chocante. (LIMA, 2018)<sup>49</sup>

Nas palavras de Comba,

Foi um caso muito triste porque ela foi atendida, ela deve ter ido lá no nosso escritório. E as meninas disseram "você tem que dar um jeito, você tem que sair daqui". Um tempo depois ela estava morta. Ou seja, ela era suficientemente estrangeira para achar que isso não era possível de acontecer, entendeu? (PORTO, 2018)<sup>50</sup>

Para Rita, esse caso revelou a necessidade de realmente estruturar um serviço de acompanhamento e atendimento para mulheres em situação de violência:

Foi o primeiro caso do SOS, na verdade. Sem ter a sala ainda, mas a gente já tinha essa mulher, igual a nós, sofrendo violência. A Kristel foi a primeira, porque ela quem impulsionou essa

<sup>48</sup> Entrevista concedida por Rita de Cassia Lima Andrea, pessoalmente, em 7 mar. 2019.

<sup>49</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>50</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

necessidade por ter um lugar, estar com a cara na rua, porque se não quantas mulheres vão morrer e a gente não vai poder fazer nada? (ANDREA, 2019)<sup>51</sup>

A missa de sétimo dia foi realizada no Leme. De lá, as mulheres saíram em marcha pelo calçadão, pedindo pelo fim da violência contra a mulher. Zezé conta<sup>52</sup> que, na medida em que elas iam caminhando, outras mulheres iam se juntavam à passeata em prol de uma dor que era, inevitavelmente, compartilhada por todas elas.

Este caráter orgânico era característica marcante das manifestações realizadas pelas mulheres do Centro da Mulher Brasileira. O primeiro evento organizado contra assédio sexual foi promovido após um caso que aconteceu no *Jornal do Brasil* e já apresentava potencial aglutinador. Um diretor do jornal assediou uma secretária, ela denunciou o caso e recebeu apoio de outras mulheres que trabalhavam lá. Todas elas foram demitidas. Segundo Zezé,

Foi uma loucura, porque imagina às seis horas da tarde, o Jornal do Brasil era na Avenida Rio Branco, o povo passando e a gente panfletando. E as pessoas se juntando, "É isso mesmo tem que botar esses caras para fora", sabe? Muita gente se movimentou, porque nessas horas o que era importante é que, apesar de haver divergência de pensamento, na hora das ações havia convergência. Havia uma união, um respeito à diferença. (LIMA, 2018)<sup>53</sup>

Branca ainda narra que após a manifestação, o assediador foi mandado para ser representante em Paris (HOLLANDA, 2018). As mulheres daqui, então, rapidamente acionaram Danda Prado, que estava exilada na França para promover uma recepção *calorosa* no aeroporto.

Sobre este caso, Zezé explica que o principal objetivo era também acolher, poder dar suporte a elas até que fossem reinseridas no mercado de trabalho: "nosso princípio, antes, era o princípio de solidariedade" (LIMA, 2018)<sup>54</sup>, ela diz.

O Centro era, portanto, espaço agregador de grupos com diferentes contextos e interesses, que se reuniam e articulavam em prol da causa feminista. Comba relembra:

Era onde estavam as mulheres da União Brasileira de Mães, as mulheres dos partidos, etc. Uma salinha pequena em que acontecia tudo. Mas os grupos de reflexão que foram criados, meio que assim, com temática livre, eles foram mais sustentáculo da militância. Ali cresceu a pauta, a nova pauta, através desses grupos. Nestes grupos,

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Rita de Cassia Lima Andrea, cit.

<sup>52</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>53</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>54</sup> Idem.

a gente discutia muito abertamente questões da nossa vida pessoal. (PORTO, 2018)<sup>55</sup>

No contexto da ditadura, o Centro era uma possibilidade "aceitável" para quem desejava, na verdade, lutar contra a ditadura. "Se eles achavam que você só estava se reunindo para ensinar a vacinar, a cuidar de bebê, para discutir saúde ou que não se deixe espancar", explica Zezé, "o feminismo torna-se uma passagem aceitável, diante os ditadores" (LIMA, 2018)<sup>56</sup>.

Com o tempo, foi ficando cada vez mais claro que "havia algumas mulheres que não eram feministas, mas viam no feminismo uma forma de atuação política e queriam trazer essas pautas partidárias para dentro do feminismo", conta Leila (BARSTED, 2018)<sup>57</sup>. Nas palavras de Zezé:

Não podia se falar de aborto, lesbianidade... havia temas que eram condenados. A cisão foi entre nós que estávamos querendo reaver a palavra, do ponto de vista de mulher. A gente não podia repetir a palavra de quem estava lutando contra a ditadura. Era uma outra luta, que elas tinham que exercer em outro espaço. Só que como não havia outro espaço, o Centro funcionava como um ponto de discussão da coisa. E tudo era muito velado, porque você não podia falar abertamente quase nada. Mas havia a Malu, que era taquígrafa. Ela taquígrafava tudo que era discutido em uma reunião e que ia ser resolvido em outra. Na outra reunião, as mesmas pessoas que tinham concordado, discordavam de tudo. Porque levavam para o seu núcleo de resistência e provavelmente os homens reorientavam, "isso aqui não pode". Feminista era bucetista, "só olham para xoxota", eram as burguesas, as mulheres feias, mil coisas que eram criadas para afastar da essência do feminismo e usar o espaço do Centro da Mulher Brasileira para a luta contra a ditadura. (LIMA, 2018)<sup>58</sup>

Essa narrativa é corroborada por Santinha e Comba, que eram militantes do partido comunista antes de se envolverem com o feminismo. Santinha, inclusive, chegou a sair do partido quando percebeu que a questão da mulher não seria uma prioridade para eles, naquele momento<sup>59</sup>. Comba também relata<sup>60</sup> que sofria muita pressão para não "ceder" às bandeiras feministas:

Os meus amigos comunistas do peito, como Aluísio Teixeira (não é porque ele morreu que eu vou deixar de mencionar porque isso é verdade), me chamaram num canto e falaram: "você não tem nada

<sup>55</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

<sup>56</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

<sup>58</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

<sup>59</sup> Entrevista concedida por Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, cit.

<sup>60</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

que se meter com essas mulheres. Isso aí é ação do imperialismo norte-americano para quebrar a unidade do povo brasileiro em defesa das liberdades, da luta do povo. Isso é divisionismo! Você não deve se meter com essa gente." (PORTO, 2018)<sup>61</sup>

A tensão entre os grupos transformou aquele espaço em um lugar de diferença e conflito. Em 1979, acontece um "racha" no Centro da Mulher Brasileira. Muitas mulheres romperam com o Centro e passaram a integrar novos coletivos, ou foram cada vez mais diminuindo suas participações. "Na medida em que o movimento foi buscando outras formas de se organizar, o Centro vai perdendo a sua função. E ele vai se esvaziando. Para mim é uma memória afetiva muito grande", conta Leila (BARSTED, 2018)<sup>62</sup>.

#### 4.2.3. Lugares da década de 1980

Durante a década de 1980, as mulheres continuaram a se articular em coletivos, como o Grupo Ceres e o Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, e órgãos, como o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Elas organizavam grandes eventos, participavam de conferências para discutir a questão da mulher e lançavam grandes campanhas, que marcaram o feminismo da segunda onda, como "Quem ama não mata"<sup>63</sup> e "Nosso corpo nos pertence"<sup>64</sup>.

Uma dessas ações envolveu uma estratégia bem conhecida pelos movimentos sociais, mas que pode parecer estranha sendo conduzida por um grupo de mulheres em plena ditadura militar. Comba narra:

Nós pichávamos calçada com os dizeres "Nosso corpo nos pertence". Eu fui na pichação, eu pichei na rua. Eu, a Branca e a Leonora, a minha amiga que tinha carro. Ela [Leonora] ficava na retaguarda com o fusca dela estacionado um pouco mais atrás para, se a gente fosse presa, ela saber o que fazer. Foram umas duas ou três noites. A gente encheu a cidade com esse slogan. Foram vários grupos. Isso foi, se não me engano com a campanha da violência e a campanha do aborto. (PORTO, 2018)<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Leila Linhares Barsted, cit.

<sup>63</sup> "Quem ama não mata" foi um poderoso slogan na campanha contra a violência de gênero durante a segunda onda. A frase tem sua origem em pichações que tomaram nos muros de Belo Horizonte após o julgamento de Doca Street, que foi inocentado pelo assassinato de Ângela Diniz com o argumento de "legítima defesa da honra", em 1980.

<sup>64</sup> Série de mobilizações durante a década de 1980 em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres, em especial a luta antiproibicionista do aborto.

<sup>65</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

Quando atuava no CEDIM-RJ, Branca Moreira Alves relata que, em uma das reuniões para falar sobre o aumento da licença-maternidade, as mulheres organizaram uma passeata no centro da cidade, simulando nascimentos (HOLLANDA, 2018). Esta técnica, segundo Zezé<sup>66</sup>, foi utilizada em diversas oficinas e manifestações. A segunda onda empregava estratégias de protestar mais afetivas e lúdicas, que era uma característica das manifestações promovidas pelas feministas da época. Branca fala sobre a técnica dos nascimentos:

Eram nascimentos de mulheres adultas mesmo: passávamos por baixo das pernas umas das outras; enquanto a que estava de pé fingia estar em trabalho de parto, e a que passava por baixo nascia. Eu me lembro de que estava em pé, de saia, perto do Terminal Menezes Côrtes, com uma menina saindo de baixo de mim, e passou um rapaz, que devia ser estudante ou advogado, olhando para aquela situação. Perguntei se ele tinha mamado, e ele respondeu que sim; perguntei se tinha gostado, e ele mais uma vez disse que sim; então eu disse que ele tinha que ser a favor da licença-maternidade de quatro meses. (HOLLANDA, 2018, p. 509).

"As nossas passeatas eram mesmo uma palhaçada" (HOLLANDA, 2018, p. 510), conclui Branca. Nas palavras de Schuma:

Às vezes elas eram temáticas e as mulheres iam vestidas como donas de casa, estátuas da liberdade, como empregadas domésticas, polemizando sobre a dupla jornada e denunciando as desigualdades. [...] Nas comemorações do Oito de Março, as feministas promoviam apresentações em cima dos caminhões, dramatização com conteúdos sobre nossos direitos, missa encenada às avessas, e nós usávamos alguns ritos da liturgia de maneira crítica. (HOLLANDA, 2018, p. 491)

Branca Moreira Alves também faz um relato muito sensível sobre estes momentos nas manifestações.

Teve uma vez em que a Carmen da Silva, escritora e articulista da revista *Claudia*, foi de rainha do lar, com uma faixa e uma coroa, e ia andando benzendo todo mundo com sabão em pó dentro de um balde. A Leila Linhares foi de mãe enlouquecida, metade da cabeça de rolinho a outra metade penteada, com um avental pregado com lembretes como: "Costurar o botão da camisa do marido", "Comprar arroz", "Encapar os cadernos do colégio", e ia se abanando com uma frigideira, dizendo que umas malucas tinham passado na casa dela e a tinham levado para a passeata, que ela tinha deixado o feijão no fogão. A Hildete Pereira de Melo e a Jacqueline Pitanguy foram vestidas de debutantes, a Rosiska Darcy de Oliveira e a Mariska Ribeiro com uniformes de normalistas, a Comba Marques Porto de "a outra", com um cartaz: "Nunca sábados, domingos e feriados".

---

<sup>66</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

Eu fui de senhora recatada, com um vestido de lã preto de manga comprida cheio de florezinhas estampadas, uns óculos que eu nem usava, um tricô que eu nem sei fazer, e ao meu lado ia a cineasta Celia Resende, vestida de puta. Nós duas tínhamos um cartaz que dizia: "As duas faces da mulher".

Em outro Oito de Março, saí vestida de príncipe, com uma boina azul e uma pluma na cabeça, e a Santinha - Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos - foi de princesa. Segurávamos dois cartazes, o meu dizia: "Procuo princesa para lavar, cozinhar e amar", e o da Santinha: "Não sei se sou princesa ou escrava". (HOLLANDA, 2018, p. 510-511).

As manifestações (anexo 3) da segunda onda do feminismo não eram pautadas em métodos de resistência, mas, sim, em estratégias de existência. E o simples existir "às avessas" daquelas mulheres já era uma oposição. É também uma forma diferente de pensar a ação-política direta, valorizando uma dinâmica que não era pautada no choque, na violência, mas, sim, na liberdade, solidariedade e sensibilidade.

### Conselho Nacional de Direitos da Mulher

Fundado em 1985, o Conselho foi criado durante o processo de redemocratização do Brasil para promover políticas públicas capazes de balancear a desigualdade de gênero no nosso país. Sua ação foi especialmente importante na Constituinte, onde a pressão realizada pelas mulheres do movimento feminista, que ficou conhecida como "Lobby do Batom", conquistou cerca de 80% das propostas encaminhadas. Este é considerado o marco final da segunda onda do feminismo no Brasil.

Jacqueline Pitanguy explica que "com a transição democrática nos anos 1980, as mulheres voltaram seus olhares para o Estado e seu aparato institucional como lugar a ser ocupado. Dessa forma, o feminismo se empenhou na criação de mecanismos institucionais para garantir direitos" (HOLLANDA, 2018, p. 467).

Na Constituinte, as mulheres descreditadas sob o símbolo do "batom" faziam escalas para pressionar todos os dias, todas as horas, todas as votações. Na memória de Zezé, a situação era dramática:

A gente se posicionava lá dentro da Câmara e não podia nem fazer xixi, se não votavam uma coisa contra a gente. Me lembro de Ângela Borba falando "ai, eu estou morrendo de vontade de fazer xixi", e a gente respondia "ai, Ângela, vai correndo, eu fico aqui". Foi uma luta, a gente ia para a Câmara em todas as votações. Foi muito intenso, a gente para lá e para cá em Brasília. (LIMA, 2018)<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

Existe uma narrativa muito interessante sobre um parágrafo da Constituição que acabou sendo promulgado com uma frase elaborada por Comba Marques Porto, exatamente como ela escreveu. E este parágrafo, anos mais tarde, seria a base constitucional para a criação da Lei Maria da Penha.

Nós conseguimos a duras penas escrever na Constituição, lá no artigo 226 parágrafo oitavo: "o Estado deverá traçar políticas públicas para coibir a violência doméstica". Quem escreveu isso de noite fui eu, no meu quarto de hotel. Está escrito bonitinho como eu escrevi. A Schuma ligou para mim, onze horas da noite, e falou o seguinte: "olha, tem que dar um jeito de a gente conseguir botar a violência no artigo da família. Mas tem que dar um jeito de escrever assim e não chamar muita atenção, se não eles vão cortar". Aí saiu aquilo. E eu não gosto de ficar dizendo isso porque parece que é ficar se gabando, mas é tão pitoresco que tenha sido assim, e ao mesmo tempo eu fico tão feliz que deu certo, não porque eu escrevi, deu certo porque entrou. Porque se não entra esse parágrafo oitavo no artigo 226 que trata da família, não tinha Lei Maria da Penha. Se você abrir a lei Maria da Penha você vai ver a referência ao parágrafo oitavo no artigo 226 da Constituição Federal. Esse verbo coibir fui eu que escrevi, a Schuma só disse assim "tem que entrar a palavra violência, tem que entrar, dá um jeito de botar aí. O deputado já disse que ele bota e fica lá, ele topa". Aí a gente conseguiu botar. Passou no rascunhão, passou no relatório final, foi passando, passou. Promulgou. (PORTO, 2018)<sup>68</sup>

Com o tempo, aquela agenda, "inicialmente desprezada como "coisa de mulher", sem importância, começou a ser vista como uma ameaça aos interesses de diversos setores" (HOLLANDA, 2018, p. 472), conta Jacqueline. Em 1989, depois de muita pressão do Ministério da Justiça, que além de tentar interferir nos cargos do conselho, cortou o orçamento em 80% e chegou a cortar o telefone do CNDM, Jacqueline narra que houve uma renúncia coletiva:

Todas as conselheiras foram a Brasília, além de outras mulheres do país, e junto com o quadro de funcionárias nós descemos do conselho até o Palácio do Planalto a pé, fazendo aquele símbolo da vagina com as mãos. Tinham colocado cachorros na entrada do Palácio e eu me lembro da Rose Marie Muraro, que já sofria uma perda significativa de visão, tropeçando nos meios-fios e nos cachorros, um cenário bem violento. Entreguei minha carta de renúncia. Eu e todas as conselheiras renunciemos, além de grande parte do corpo técnico [...] (HOLLANDA, 2018, p. 475)

A maioria dessas mulheres que protagonizaram a segunda onda do feminismo no Brasil continuaram na luta feminista, criando ONGs como a Cepia, REDEH e o Géledes,

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Comba Marques Porto, cit.

por exemplo. No entanto, é persistente o discurso de que houve um apagamento da segunda onda em suas narrativas.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No telefone, marcando a primeira entrevista com Maria do Espírito Santo, a Santinha, a seguinte frase dita por ela nos marcou: “a relíquia que deixamos com o movimento dessa época é o amor, a vontade de dar as mãos e sair correndo juntas, saber que nós podemos virar esse mundo de cabeça pra baixo” (SANTOS, 2018)<sup>69</sup>.

Estas foram algumas páginas da história escritas com a coragem das mulheres que ousaram ser luz, num momento de escuridão. Reviver esta memória é um farfalhar de asas num efeito borboleta: o delicado e sensível, maduro depois de metamorfosear, que produz um *tsunami* de perturbações e mudanças no outro lado do oceano do tempo. Uma enorme onda que tem nome, jeito, cara, cheiro e voz de mulher.

"Você já deve ter observado que a memória está perdida, mesmo entre as feministas", disse Zezé (LIMA, 2018)<sup>70</sup>, durante nossa entrevista. Esta percepção foi corroborada nas narrativas de todas as nossas entrevistadas, e também, como já demonstrado anteriormente, em diversos trabalhos já publicados por elas, ou mesmo sobre elas.

Ao reconhecermos e valorizarmos a potência das narrativas marginalizadas da segunda onda do feminismo no Brasil, circunscrevemos o campo da comunicação, "a história do tempo passando" (BARBOSA, 2017), como um lugar de escuta, um lugar de memória.

As estratégias sensíveis desenvolvidas durante este período promoviam liberdade, solidariedade e empatia entre mulheres, muito antes desses valores se tornarem base do feminismo contemporâneo. O que, é claro, também não acontece por acaso. Estas mulheres construíram as ferramentas que pautam o feminismo até hoje, mas suas contribuições durante a segunda onda ainda se encontram à deriva na história. E essas estratégias inovadoras são fundamentais para o feminismo, uma vez que, tratando-se de um grupo oprimido,

[...] as ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa dele. Elas podem nos permitir vencê-lo temporariamente em seu próprio jogo, mas nunca nos permitirão provocar uma mudança genuína. E esse fato é ameaçador apenas para aquelas mulheres que ainda definem a casa do mestre como sua única fonte de apoio (LORDE, 1984 *apud* COLLINS, 2020, p. 112).

<sup>69</sup> Contato inicial feito com Maria do Espírito Santo Cardoso dos Santos, por telefone, em out. 2018.

<sup>70</sup> Entrevista concedida por Maria José de Lima, cit.

Contudo, existe também certa ideia de que o feminismo pôde florescer durante aquele momento porque era visto como "coisa de mulher", e a ditadura não reconhecia perigo na luta feminista.

Durante minha pesquisa, encontrei documentação inédita, disponível no acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, de centenas de páginas denunciando o monitoramento completo das atividades desenvolvidas pelas mulheres. Por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI - Agência Rio de Janeiro) monitorava eventos organizados pelo CMB, inclusive quando estes ocorriam em locais privados, como na residência da mãe<sup>71</sup> de Branca Moreira Alves, então presidente do Centro. O SNI também mantinha dossiês<sup>72</sup> completos sobre todas as membras e cópias de toda documentação institucional das suas “movimentações subversivas”.

Esta dimensão de controle, por parte dos órgãos de inteligência da ditadura civil-militar sobre as ações das feministas, é uma descoberta inédita – sendo espionagem, infiltração, interceptação de telegramas privados e cooptação de integrantes do movimento para vazamento de informações alguns dos exemplos encontrados na documentação. Esses arquivos nunca foram citados em qualquer pesquisa e são desconhecidos até para as feministas da segunda onda.

Este aspecto repressivo denunciado pela documentação deverá ser aprofundado futuramente em minha pesquisa de mestrado, que também será orientada por Marialva Carlos Barbosa. Ainda no afã de valorizar este passado silenciado e esquecido, pretendo estabelecer uma articulação sensível entre o bárbaro<sup>73</sup>, revelado na documentação inédita, e as narrativas sensíveis da segunda onda.

Existem incontáveis implicações e temáticas a serem exploradas a partir de cada uma dessas narrativas, bem como a partir dos eventos e organizações citados. Este trabalho não pretendia esgotá-las, ou revelar uma "verdadeira" imagem do passado. Por isso, partimos justamente do pressuposto de que isso era inalcançável.

As narrativas marginalizadas do passado formam uma dimensão humana e histórica que, ao ser (re)construída segundo os atos de afeto e sensibilidade das próprias feministas da segunda onda, evidenciam o enorme poder que o simples narrar pode ter.

---

<sup>71</sup> Informação N° 1847/S-102-A9-CIE, documento do Banco de Dados Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. Disponível em <<http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

<sup>72</sup> Informação N° 034/11678/ARJ/NSI, Ibidem.

<sup>73</sup> "Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie." (BENJAMIN, 2019, p. 13)

Portanto, este trabalho se apresenta, para mim, como um misto entre dever e necessidade. Dever de potencializar vozes silenciadas e necessidade de descortinar o esquecimento desta onda que foi sufocada pelo mar da história. Escutar umas as outras: foi assim que elas transformaram o mundo em um contexto de extrema repressão. E é com muita responsabilidade e dignidade que ousamos fazer o mesmo para reverter o silenciamento passado. Afinal, "não é a voz a que damos ouvidos um eco de outras já silenciadas?" (BENJAMIN, 2019, p. 10).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2006, 12.ed., 203p.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. **Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19**: ampliação de desigualdades já existentes?. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10186>>. Acesso em: 14 set. 2020.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação: uma história do tempo passando. **Revista TransVersos**, [S. l.], n. 11, p. 98-118, dez. 2017.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: BENJAMIN, W. (Ed.). **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

\_\_\_\_\_. **O anjo da história**. 2. ed; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Organização e tradução de João Barrento.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, p. 193-216, julho 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 dez. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (Brasil). **Plataforma 25 anos**: Movimento de mulheres no Lobby do Batom - 1987. Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/#>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

COLLINS, Patricia Hill "Transformando o Círculo Interno: o Desafio de Dorothy Smith à Teoria Sociológica", **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, v. 8, n. 2, 2020. DOI: 10.12957/ek.2019.48674.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CUNTO, Julia de. **Escuto enquanto estão caladas**: carta à segunda onda feminista. 2018. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DAMATTA, Roberto. Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: 1997. p. 29-64.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Aug. 2020.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: Ed. da UFRN; São Paulo: Paulus, p. 31-58, 2010.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Edições Loyola: São Paulo, 1999, 5ª edição.

GAGNEBIN, J. M. **Verdade E Memória Do Passado**. São Paulo, Projeto História, 1998. v. 17.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: CASTRO, Maria Céres; MAIA, Rousiley (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora da Ufmg, 2006. p. 49-62.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna RJ, 2000.

KING, Kate. Producing sex, theory, and culture: Gay/straight remappings in contemporary feminism. **Conflicts in Feminism**: New York, 2015.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (Orgs.). **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Afrontamento, 2005.

Pierre Nora. **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

PAIVA, Raquel. Novas formas de comunitarismo no cenário da visibilidade total: a comunidade do afeto. **Matrizes**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970- 1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Comba Marques. **A arte de ser ousada: uma homenagem a Carmen da Silva (1919-1985)**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent Casa Editorial, 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5., n.10, p. 200-2012, 1992.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Le Monde Diplomatique.** Brasil. 5 nov. 2018, edição 136. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>. Acesso em: 14 set. 2020.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil. **Cadernos do arquivo Edgar Leuenroth**, n. 3/4, p. 11- 43, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa - Tomo I.** Campinas, Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa - Tomo II.** Campinas, Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa - Tomo III.** Campinas, Papirus, 1997.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48, 2001.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.** Mauad Editora Ltda, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum – notas para o método comunicacional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas na conquista da cidadania plena.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

TRIZOLI, Talita. **Atravessamentos feministas: um panorama de mulheres artistas no Brasil dos anos 60/70.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.48.2018.tde-03122018-121223. Acesso em: 2020-08-18.

## **7. ANEXOS**

### **7.1. ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO**

#### **1) Apresentação**

Nome; idade; cidade em que nasceu; outras informações relevantes de história de vida.

#### **2) Contexto anterior**

Como era a percepção do "ser mulher" antes do seminário na ABI;

Qual era a relação da entrevistada com a coluna de Carmen da Silva, na revista Claudia;

Como foi a semana do seminário na ABI.

#### **3) Os primeiros passos**

Como se inicia a participação no Centro da Mulher Brasileira;

Como era a sua participação nos grupos de discussão do Centro;

Quem eram as companheiras de grupo discussão;

Como repercutia na sua vida a participação no Centro da Mulher Brasileira.

#### **4) A atuação no movimento feminista**

A relação conflituosa no Centro da Mulher Brasileira

O Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro

Como eram as manifestações de rua?

Quais as estratégias para o ativismo?

O debate sobre o aborto e a campanha "nosso corpo nos pertence"

A campanha "quem ama não mata"

Quais eram as estratégias de solidariedade entre as mulheres?

#### **5) O ativismo da segunda onda**

Como eram as discussões sobre saúde, corpo, sexualidade e violência?

Os encontros nacionais feministas

As estratégias utilizadas nas manifestações

Como a segunda onda é diferente da primeira?

Como foi a movimentação na época constituinte, o "lobby do batom"?

Como você define a segunda onda?

Quem são as outras feministas com que devemos falar?

## 7.2. ANEXO 2: RELATÓRIO FINAL DO SEMINÁRIO DA ABI <sup>74</sup>

Análise Geral e conclusões finais do Seminário - Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira patrocinado pelo Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e Associação Brasileira de Imprensa - 30 de junho/6 de julho de 1975.

Durante esta semana de pesquisa sobre o papel e Comportamento da Mulher Brasileira, pudemos comprovar, a partir das pesquisas e vivências dos participantes dos painéis e dos grupos que prestaram depoimentos paralelos, que a inferiorização da mulher não se restringe apenas às condições da estrutura econômica, mas resulta de um condicionamento cultural que vem sendo transmitido de geração em geração.

Qualquer discussão sobre a mulher deve partir do princípio de que vivemos num país subdesenvolvido com divisão de classes.

A realidade econômica tem como reflexo uma realidade cultural que, ao mesmo tempo, lhe serve de reforço.

A realidade brasileira tem como uma de suas características o desemprego, não se tratando, para os desempregados - maioria dos quais é constituída de mulheres - de uma opção entre trabalhar ou não, mas da impossibilidade de fazê-lo por falta de oportunidade.

A orientação tecnocrata de nossa economia marginaliza profissões de cunho nitidamente social, tais como as que estão voltadas para a saúde e a educação.

A estrutura cultural tem como finalidade mascarar e reforçar esta situação, criando determinados estereótipos. Com relação à mulher, estes estereótipos seriam:

1. enfatizar o papel da mulher apenas como mãe e "rainha do lar";
2. criar o mito da fragilidade feminina
3. incentivar o preconceito do homem em relação ao trabalho feminino na medida em que coloca a mulher como concorrente

Essa realidade cultural leva a uma alienação da mulher com relação à realidade socioeconômica e a mulher, então, perpetua os papéis de opressão a partir de seu trabalho pedagógico enquanto mãe, educadora etc.

Os papéis sexuais são apreendidos desde cedo pela criança através da observação da realidade cultural a sua volta e através das pressões dos grupos.

---

<sup>74</sup> A documentação original foi perdida ao longo dos anos, mas pode ser consultada na transcrição feita por PORTO (2015, p. 88-92).



Estes papéis não são naturais. São impostos culturalmente. Essas características psicológicas apreendidas permanecem, pois são adquiridas desde cedo em nível muito profundo. O primeiro contato da criança com o mundo faz-se através da família. A estrutura familiar é o primeiro veículo transmissor de valores da sociedade.

O sistema escolar reproduz e ajuda a manter os padrões de comportamento sexual culturalmente estereotipados, reforçando as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres. Em cada classe social, as mulheres que trabalham se concentram nos níveis mais baixos, mal pagos e desqualificados, enquanto aos homens ficam reservadas as posições de decisão nos níveis mais altos.

É importante notar que, mais ou menos sutilmente, a escola reforça essa tendência, que é cultural apenas. As meninas têm sua passividade reforçada, mas não são estimuladas a desenvolver o seu raciocínio na mesma medida em que os meninos. Assim, a ideologia da escola, mais de que seus objetivos aparentes, é uma das responsáveis por essa situação de desigualdade.

Além da família e da escola, os meios de comunicação de massas também funcionam como reforçadores da condição de desigualdade entre os sexos. Este é o caso dos livros de recreação e instrução produzidos para crianças e adolescentes. As imagens femininas e masculinas transmitidas por esses livros são ainda mais rígidas e estereotipadas do que a realidade que cerca a criança. Como tudo o que é impresso ganha aos olhos de nossa cultura um caráter de verdade indiscutível, o conteúdo desses textos, onde reforça sempre a oposição homem-mulher, adquire muita força como fonte de influência nos comportamentos sociais. Da mesma forma, teatro, cinema, televisão e imprensa apresentam uma imagem de mulher ideal, distorcida e coisificada que encontra no ato de consumir sua única fonte de inspiração e realização.

O trabalho da mulher continua a ser encarado como inferior e secundário ao do homem, mesmo quando se passa de produção agrícola para a industrial.

A superestrutura jurídica e política também discrimina a mulher, principalmente as que pertencem às camadas menos favorecidas da população.

Com relação aos aspectos jurídicos, temos, por exemplo: a legislação trabalhista é constantemente burlada e os mecanismos de vigilância dessa legislação são insuficientes. Muitos artigos são discriminadores quanto ao trabalho da mulher. Além disso, a legislação trabalhista proíbe o trabalho em condições insalubres para a mulher,

quando deveria exigir condições de salubridade para todos os trabalhadores. Note-se, ainda, que a legislação trabalhista não atinge os trabalhadores do campo.

A discriminação da mulher negra é ainda mais complexa, já que abrange também o preconceito racial. Ela sofre duas discriminações: a primeira, como negra, em que carrega a herança do passado escravocrata; e a segunda como mulher, fruto do sistema patriarcal e, portanto, da dominação masculina.

No campo médico, as pesquisas de controle de natalidade revelam um preconceito sexista na medida em que vitimizam apenas as mulheres e lhes dá ônus e encargos de evitar as consequências de assumirem sua sexualidade e a anticoncepção.

Denunciamos também outras formas sociais de manipulação da mulher, tais como as da mãe solteira, da homossexual e da prostituta.

O feminismo, ao lado de outras lutas, propõe-se a combater todas essas discriminações que existem em nossa sociedade.

Cabe a nós, mulheres, procurarmos uma saída para a nossa situação de inferioridade, já que, evidentemente, não será o opressor que libertará o oprimido.

É necessário superar a dicotomia trabalho/família. A mulher não deve ser obrigada a optar entre um e outro. Os encargos da manutenção e educação dos filhos são responsabilidade não apenas dos pais, mas principalmente da sociedade.

### **Conclusões**

Diante deste quadro, nós, mulheres brasileiras, concluímos:

1. A luta pela liberação da mulher não deve ser desvinculada da luta pela liberação do ser humano em geral;
2. O primeiro passo será a tomada de consciência pela mulher de sua posição dentro da realidade socioeconômica em que vive, havendo, para isso necessidade de um amplo trabalho de reeducação.
3. Para tanto, é necessário que as mulheres se organizem e possam manifestar livremente seu pensamento, numa ampla frente para discutir, reivindicar e se lançar num programa de ações concretas.
4. Esse programa de ações concretas pressupõe como tarefa mínima a formação de grupos para discussão, estudo e encaminhamento de seus problemas concretos.

Neste ano internacional da Mulher aderimos a todos aqueles que lutam contra as formas de opressão e discriminação.

### **Comunicações**

Como nossa comunicação às Nações Unidas, relativamente aos itens enfocados no Ano Internacional da Mulher, acentuamos que o Brasil se situa dentro da "Mística do Desenvolvimento" econômico em confronto com os problemas da fome, do desemprego, da mortalidade infantil e da desigualdade na distribuição da renda.

A mulher tem-se limitado a sofrer as consequências da guerra, logo destituída de todos os mecanismos de reflexão e decisão. Em consequência, a mulher brasileira encontra-se especialmente despojada de qualquer possibilidade de atuação política consciente.

### **Propostas**

1. Propomos a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira que obedecerá à seguinte estrutura:
  - a. Um centro de estudo, reflexão, pesquisa, e análise;
  - b. Um departamento de ação comunitária para tratar concretamente e em nível local dos problemas da mulher.

O objetivo principal do Centro será combater a alienação da mulher em todas as camadas sociais para que ela possa exercer o seu papel insubstituível e, até agora não assumido, no processo do desenvolvimento.

A nossa primeira etapa da ação será a aquisição de uma sede, personalidade jurídica, estatutos e o apoio ativo do maior número possível de mulheres a quem pedimos filiação.

2. Decidimos pela criação de um jornal que terá como objetivo a veiculação e divulgação dos problemas reais da mulher, no sentido de criar uma consciência nacional de sua condição.

Participamos que, inicialmente, o jornal terá uma tiragem de 5 (cinco) mil exemplares e que as assinaturas estão, desde já, abertas a todos os interessados, que podem enviar seus pedidos, como também ofertas de reportagens para o jornal EX, na

Rua Santo Antonio, 1043, São Paulo/SP. A vida desse jornal dependerá da colaboração direta de seus leitores, tanto das assinaturas, como da sua ampla difusão.

\*Como patrocinador do Seminário da ONU/ABI e principal interessado nas promoções pertinentes ao Ano Internacional da Mulher, o Centro de Informações das Nações Unidas, no Brasil, coloca-se à disposição dos interessados para eventuais contatos futuros, através de seu escritório no Rio de Janeiro, à Rua Cruz Lima, 19/201, tels. 245.3000 e 245.1424.

### 7.3. ANEXO 3: FIGURA 1

**Figura 1: Passeata de 8 de março de 1983**



Fonte: (JORNAL DO BRASIL, 1983)

Na esquerda, Branca Moreira Alves e Celia Resende com o cartaz "As duas faces da Mulher", ao lado de Jacqueline Pitanguy. Na direita, Comba Marques Porto e Leila Linhares Barsted.